



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

JADE MONTEIRO ABREU

Entre menores e meninos
Um estudo de reportagens do Jornal Nacional sobre maioria penal

BRASÍLIA

2016

JADE MONTEIRO ABREU

Entre menores e meninos

Um estudo de reportagens do Jornal Nacional sobre maioridade penal

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como um dos requisitos para a
conclusão do curso de Jornalismo do
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Aluno: Jade Monteiro Abreu

Prof.: Luiz Cláudio Ferreira

BRASÍLIA

2016

JADE MONTEIRO ABREU

Entre menores e meninos

Um estudo de reportagens do Jornal Nacional sobre maioridade penal

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como um dos requisitos para a
conclusão do curso de Jornalismo do
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Aluno: Jade Monteiro Abreu

Prof.: Luiz Cláudio Ferreira

BRASÍLIA, 21 de junho de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof.: Luiz Cláudio Ferreira
Orientador

Prof^a.: Flor Marlene Enrique Lopes
Examinadora

Prof.: Vivaldo Reinaldo Sousa
Examinador

Ao meu avô, que antes de eu aprender a ler, já me comprava livros. À minha mãe que os lia para mim. À minha avó que me dava cadernos de caligrafia - desculpa, vó, nunca respeitei as linhas. E ao meu pai que me ensinou que o mundo não vem em linhas.

Agradecimentos

Queria, primeiramente, agradecer a deus porque, em todas as referências de agradecimento que pesquisei, ele sempre tem sido agradecido. Mas também a Alá, Shiva, Zeus, Iemanjá, Sol, Oxum, Buda, Osíris, Ísis, Iansã e a todos os seres superiores independentemente da cultura religiosa por terem sempre me protegido - que este trabalho represente as pessoas sem o mínimo de intolerância.

Quero agradecer à minha família pelo apoio. Meus irmãos Lara e Pedro que aturaram meus estresses e as minhas caminhadas pela sala de madrugada para que houvesse a inspiração em escrever.

Aos amigos que entenderam o período da construção da monografia e lidaram com a minha ausência. Não conseguiria dizer o nome de todos, mas gostaria de ressaltar alguns: Marcela Rodrigues, por me mandar escrever esse trabalho em todas as redes sociais possíveis e, assim, nunca me deixar desistir; Nirvana Bittar, pelo carinho e pela amizade capazes de se identificarem com apenas um olhar, mesmo distante; Fernanda Roza, por me acompanhar quase que diariamente no café e por ser uma das melhores companhias do dia; Raquel Pacheco, por ter sido sempre um exemplo em quem me inspiro; Vinícius Brandão, pelas doses de incentivo e pela paciência em me aturar e Karla Pereira, por ter sempre me feito sorrir e compactuado com minhas brincadeiras, especialmente, quando o mundo parece sem graça.

Ao pessoal da faculdade por ceder doses de café para que eu continuasse o dia após as noites mal dormidas escrevendo. À minha terapeuta que me deixou (ou pelo menos tentou) sã diante da loucura de um TCC.

A meus colegas de trabalho que me apoiaram na construção dessa pesquisa. Agradeço a compreensão de todos, mas especialmente: Renaro Cardozo, Paloma Suertegaray, Anna Halley, Paula Oliveira e Gabriela Moll.

A meu orientador que foi paciente e um grande incentivador do meu trabalho. Não teria palavras para agradecer tudo o que me fez. Aos conselhos no cotidiano, ao debate ético e às reflexões que me ajudaram a construir uma pessoa melhor.

A meus professores que são responsáveis pelo meu crescimento e amadurecimento. Especialmente, agradecer à Flor, que me deixou muito em dúvida se a colocava entre os amigos. Querida, nos jardins da vida, quero sempre sua presença.

RESUMO

Com o objetivo de analisar o comportamento midiático em relação a adolescentes em conflito com a lei, este trabalho estuda teorias ligadas ao jornalismo e analisa o discurso do Jornal Nacional sobre reportagens que tratam casos de “menores infratores”. Os conteúdos de março a agosto de 2015 foram selecionados para fazer essa verificação. A partir das discussões sobre a redução da maioridade na Câmara dos Deputados e de dois casos com adolescentes suspeitos que tiveram repercussão nacional, estudou o modo com o qual o telejornal apresenta as informações. Foi possível observar que há uma parcialidade no discurso jornalístico do telejornal ao notar que os jovens só tiveram espaço para defesa quando houve a possibilidade de serem inocentes. Pelo o que foi identificado, nas reportagens do Jornal Nacional, os menores são culpados até que se prove o contrário.

Palavras-chave: menores infratores – Jornal Nacional – redução da maioridade penal - telejornalismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISTA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL	13
2.1 Construção da verdade nos jornais	14
2.2 Fontes para as notícias	15
2.3. Responsabilidade social	16
2.4. Objetividade e imparcialidade	18
2.5. O código de ética dos jornalistas brasileiros	19
3. AGENDAMENTO, NEWSMAKING E GATEKEEPER	22
4. MÍDIA URUBU: MENOR ASSASSINO E MENINO MORTO	26
4.1. A criança na mídia	27
5. TEXTO PARA TV	31
5.1 Jornal Nacional, um ex-campeão de audiência	32
5.2 Uma carta para brasileiro ver	33
6. ENTREVISTA NA TELEVISÃO	35
7. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	38
8. ANÁLISE	44
8.1. Antes dos debates na Câmara	44
8.1.1 Primeira fase de coleta	44
8.1.2 Segunda fase de coleta	49
8.1.3 Observação resultante	54
8.2. Debates na Câmara	55
8.2.1 Primeira fase de coleta	56
8.2.2 Segunda fase de coleta	58
8.2.3 Observação resultante	61
8.3. Morte de médico no Rio de Janeiro (RJ)	61
8.3.1 Primeira fase de coleta	62
8.3.2 Segunda fase de coleta	65
8.3.3 Observação resultante	69
8.4. Estupro coletivo em Castelo (PI)	69
8.4.1 Primeira fase de coleta	70
8.4.2 Segunda fase de coleta	71

8.4.3 Observação resultante	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

1. Introdução

Eles são acusados de furto, roubo, assassinato, estupro entre outros crimes; são expostos à multidão e iluminados pelo holofote da mídia; são amarrados a postes, linchados na rua e ouvem "devia queimar". Eles são enviados a sistemas de reeducação, que não apresentam melhorias e que já estão lotadas¹. Eles voltam, às vezes, repetem os erros e escutam "tinha que ter passado por pena de morte", "tem mesmo é que bater até matar". Eles aparecem mais uma vez em manchetes, são rostos com tarja, nomes em siglas, mas ainda é possível identificar quem são. E eles ainda nem chegaram aos 18 anos. A temática, por si só, é digna de um olhar crítico e da pesquisa acadêmica.

Esse sentimento que sai das ruas e entra pelos espaços midiáticos ganhou repercussão no ano de 2015 com a discussão da maioria penal no Brasil e em outros países. Sobre essa perspectiva que esta pesquisa é feita em uma ponte entre a comunicação e as ciências sociais. Esta monografia tem o objetivo de analisar o comportamento do Jornal Nacional em relação a esses jovens, a reação do telejornal quando a pauta é um adolescente em uma situação análoga a crime. Para isto, verificou o discurso empregado no programa em reportagens nas quais os infratores são menores de idade. Além disso, procura identificar se a mídia pode personificar um determinado grupo, o que contribuiria para um senso comum a respeito do tema.

Especificamente, o estudo ainda se propõe a apresentar a construção de uma personagem e de uma fonte dentro de um jornal; a estruturação de um texto jornalístico; verificar se as condutas estabelecidas pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são seguidas dentro dos conteúdos midiáticos observados.

A pesquisa observa a possível presença de uma ideologia dentro do discurso do principal telejornal do país e averigua se as coberturas jornalísticas reacendem

¹De acordo com o Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil de 2015 divulgado e disponível nos sites da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil

os debates da maioria penal no âmbito da sociedade – haja vista, as discussões sobre a redução da maioria penal protagonizadas no Congresso Nacional.

Para fazer esta análise, o trabalho analisa as reportagens divulgadas em maio, junho e julho de 2015 sobre um menino que, supostamente, teria esfaqueado um médico na Lagoa – bairro de classe alta do Rio de Janeiro – ao roubar a bicicleta que a vítima usava e sobre o caso no Piauí de quatro adolescentes e uma adulto suspeitos de terem estuprado, espancado, amarrado quatro meninas a uma árvore e em seguida tê-las jogado de um rochedo com aproximadamente 10 metros de altura.

O objetivo da monografia não é discutir se os rapazes seriam culpados, muito menos em tirar a responsabilidade sobre os atos. Contudo, considera a criminalização dos jovens como inconstitucional – haja vista que até o momento a maioria penal é de 18 anos –, e de que a mídia tem o papel de resgatar essa abordagem. Cabe ao jornalismo a responsabilidade de defensor dos Direitos Humanos, como consta no artigo sexto do código de ética, já citado anteriormente.

Esta pesquisa foi motivada pela diferença de tratamento percebida ao mostrar o menor na mídia, a partir da própria terminologia “menor” que carrega sentidos pejorativos, depreciativos e voltados a práticas criminosas ao se referir somente as adolescentes quando estão envolvidos em algum crime; pela intensificação de debates em redes sociais apoiadas pelo senso comum e pelo que se veicula nos jornais após os casos terem ocorrido.

Outra justificativa para o desenvolvimento do estudo é a importância em analisar a presença de um discurso ideológico que pode existir dentro de uma reportagem, já que há repercussão. Acredita-se que análises com esta podem contribuir ao mostrar à sociedade características de manipulação dentro dos textos em veículos e programações de destaque no cenário nacional.

Para conferir se as hipóteses correspondem com a realidade averiguada, a metodologia usada será a análise de conteúdo. Este método vai permitir explorar o casamento da imagem e do texto, das fontes com a história contada, dos termos com os sentidos das palavras. O método foi escolhido por permitir que a percepção subjetiva se desenvolva durante o trabalho. Para fazer essa pesquisa, foi usada a

análise de conteúdo (Bardin), a análise do discurso (Fairclough) e o estudo da linguagem (Fiorin).

A pesquisa está dividida em sete capítulos, que deverão abordar a responsabilidade social do Jornalismo, levando em consideração os debates sobre a objetividade e a imparcialidade da profissão; também trabalhará conceitos jornalísticos editoriais; como o adolescente é apresentado nas plataformas midiáticas, o que inclui as nomeações e as alcunhas que recebem; analisará o Estatuto da Criança e do Adolescente; as características televisivas de produção de notícia e o modo em que são trabalhados pelo Jornal Nacional, que é a imprensa analisada; as características de ideologia que podem ser passadas por meio de um discurso.

2. Responsabilidade social do jornalista e deontologia profissional

A cobrança por um jornalismo que avalie de forma plural e contextualizada em relação à maioria penal no país é recente – a partir da segunda metade do século 20. Inclusive, pode-se encontrar parcela da mídia que considera natural o justicamento². Isso pode ocorrer porque, na verdade, o jornalismo não começou democrático nem voltado à defesa de uma minoria social. Se a Bíblia afirma que "no princípio, era o verbo"; no gêneses do jornalismo, o verbo só seria conjugado de acordo com os interesses de uma elite que sabia escrever e ler, podia consumir os exemplares.

Desde seu nascimento, a imprensa brasileira foi eminentemente política e, por um longo período, mais doutrinária do que informativa. Os jornais participaram e talvez tenham sido o elemento decisivo nos debates que se travaram nas décadas de 1820 e 1830 para definir o rumo que o país, saindo da condição de colônia deveria tomar, e para a formação da nação. Mas esse debate foi limitado a uma minoria, o reduzidíssimo número de cidadãos que formava uma elite econômica e social do Império e da República Velha. A grande maioria da população permaneceu alheia a isso; não tinha direitos políticos plenos nem lhe era permitido votar ou ser votada. (MOLINA, 2015, p. 362-363).

De acordo com Matías Molina (2015), os jornais - e não apenas no Brasil - eram limitados a grupos que tinham representatividade política e que poderiam participar na formação de um país.

Se ao cidadão comum não era permitido participar da vida política, por que haveria de ler os jornais, cujo o conteúdo editorial era essencialmente político? Isso não aconteceu apenas no Brasil. Quando na França, pela lei eleitoral de 1831, foi dobrado o número de cidadãos eleitores, aumentou simultaneamente o número de leitores de jornal. (Idem, 2015, p. 363)

Os editoriais eram usados não apenas para debater a vida política e social da nação, mas também um espaço para reproduzir valores morais aos leitores. Segundo Kovach e Rosentiel (2004), esse recurso foi bastante usado em jornais ao redor do mundo. "Pulitzer usava a primeira página do seu jornal para seduzir seus

² Em fevereiro de 2014, a jornalista Rachel Sheherazade proferiu palavras de ódio a um adolescente que, suspeito de ter cometido um furto, foi espancado e amarrado nu a um poste. Na ocasião, a âncora do jornal do Sistema Brasileiro de Televisão disse que a ação dos linchadores era justificável porque era o que restava a um "cidadão de bem". Ao fim do discurso, Sheherazade ainda argumentou: "aos defensores dos Direitos Humanos, façam um favor ao Brasil: adote um bandido".

leitores, mas na página editorial ensinava-os a ser melhores cidadãos americanos" (KOVACK e ROSENTIEL: 2004, p. 39).

O *dom juanismo* jornalístico não ficava apenas na capa. A aparência sedutora da notícia se convertia à essência da informação, que ainda segundo Kovach e Rosentiel, representava o que o leitor desejaria saber. "Existem estudos que mostram como jornais e emissoras de televisão dirigem suas coberturas para áreas demográficas de elite, ignorando assim boa parte da população." (p. 45)

Voltada à minoria dominante, a notícia é transmitida com endereço certo. Esse debate não consiste apenas na luta de classes sociais dentro da comunicação de um país. Para Correia (2000), as nações também são influenciadas pelo poder econômico de cada Estado.

Se olharmos à nossa volta, verificaremos sem dificuldade que a felicidade e a riqueza existem - mas apenas para alguns, e muito poucos. A troca de informações atualmente no mundo é estruturalmente uma troca muito desigual, em que de um lado temos um pequeno número de países que produzem e distribuem informações a todo o restante, que se limitam, ou quase, a importar o que lhes vem de fora. (p. 18)

Desta forma, os países mais pobres não importam apenas as notícias, mas os valores que as nações passam. Logo, nesse comércio de conteúdo informativo, são adquiridas nesta venda de informações as verdades que um Estado quiser passar.

2.1 - Construção da verdade nos jornais

A verdade é a matéria prima do ofício jornalístico. A informação correta e verdadeira é a essência do trabalho daquele que lida diariamente com múltiplas realidades. Mas o que seria verdade? Consegue o jornalista imprimir certezas nas palavras?

"A verdade, parece, é muito complicada para ser procurada. Ou talvez nem mesmo exista, considerando que somos todos indivíduos subjetivos. São argumentos interessantes, válidos até um certo nível filosófico" (KOVACH e ROSENTIEL, 2000, p. 65).

Os teóricos afirmam que a verdade possa variar de acordo com o ponto de vista e a interpretação de quem as conta. Para Pereira Júnior (2006), o jornalista deverá ter cautela ao entrevistar, já que nem sempre as informações reveladas por quem fornece informação podem ser confiáveis. "Tampouco é possível acreditar de

antemão na boa-fé das fontes entrevistadas. Elas podem mentir de propósito ou por acreditar, sinceramente, que estão dizendo ‘a verdade’, quando de fato estão enganadas” (PEREIRA JUNIOR: 2006, p. 73).

Mesmo assim, o compromisso com a verdade é fundamental para o exercício da profissão. A máxima do pensador francês Diderot pode fazer uma alusão à incerteza diante ao trabalho jornalístico: "deve-se exigir de mim que procure a verdade mas não que a encontre."

Cobra-se do jornalista a onisciência dos acontecimentos, contudo, a onipresença é impossível. “Todos os repórteres do mundo trabalhando todas as horas do dia não poderiam testemunhar todos os acontecimentos no mundo” (Lippmann: 1922, p. 338).³

Lippmann também ressalta que o jornalista não passa de um ser humano normal, não é capaz de prever o que virá em seguida ou voltar fisicamente a um local e saber o que houve. “Repórteres não são clarividentes, eles não contemplam uma bola de cristal e veem o mundo conforme desejarem, eles não têm ajuda de uma transferência de pensamento” (p.338)⁴.

2.2 Fontes para as notícias

Já que não consegue ser testemunha ou ter superpoderes, o jornalista fica refém de envolvidos que possam saber algum fato sobre o ocorrido. O repórter precisa enxergar os acontecimentos através dos olhos dos outros, pelo o que é dito a ele. Desta forma, o jornalista depende quase que inteiramente de fontes para poder repassar a informação.

Lage (2012) define as fontes como oficiais, oficiosas e independentes. Nas quais as oficiais são as pessoas ou as instituições a quem as notícias se reportam. Elas podem ser o governo, instituições privadas ou pessoas. As oficiosas não são as instituições a que se refere, mas pessoas ligadas a elas, como os funcionários de uma empresa ou amigos do indivíduo a qual a pauta trata. As independentes não têm relação direta com essas instituições.

As oficiais são tidas como as mais confiáveis, entretanto, ainda segundo Lage, também mascaram as informações. “Fontes oficiais, como comprovam

³ Citação traduzida do inglês: “all reporters in the world working all the hours of the day could not witness all the happenings in the world”

⁴ Citação traduzida do inglês: "reporters are not clairvoyant, they do not gaze into a crystal ball and see the world at will, they are not assisted by thought-transference."

autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder” (p. 63).

No momento de escrever uma reportagem, o jornalista hierarquiza o texto com as informações que o contaram. Desta forma, ele também prioriza uma fonte diante à outra.

2.3 - Responsabilidade social

A partir da segunda metade do século 20, o jornalismo começa a debater temas sobre a responsabilidade social da informação, a pretender dar voz a quem não consegue gritar. Assim, o jornalista tomou para si a missão de carregar a bandeira de defensor das minorias.

Ao jornalista, cabe o papel de informar de forma que atinja a coletividade. Segundo Karam (2004), a atividade tem a possibilidade de contribuir socialmente para o entendimento do mundo e para a maneira em que as pessoas devem agir ou intervir. O jornalismo pode esclarecer e auxiliar os comportamentos da sociedade. "(o jornalismo) É, a meu ver, uma construção política, ideológica, cultural, que reflete, com sua técnica específica, o mundo em andamento, sem concessões, a serviço da sociedade ou da universalidade humana" (KARAM, 2004, p. 46).

Com esse papel, cai sobre o jornalista a responsabilidade do ofício que desempenha. Karam inclusive afirma que o jornalismo pode representar uma forma de revelar profissionalmente a luta em favor do gênero humano. Pela mesma perspectiva, Márcia Amaral (2006) defende que jornalismo tem o papel de produtor de conhecimento e construtor de uma realidade da realidade pública (p. 23). Segundo a teórica, os jornais moldam o discurso informativo de acordo as características culturais dos leitores, mas o resultado final não deve interferir no comportamento ético da profissão.

Isso não os exime de suas responsabilidades éticas, apenas mostra que os jornalistas devem tomar cuidado para separar o que de fato é mau jornalismo daquilo que é efetivamente jornalismo para uma determinada camada social, porém numa linguagem mais simples e chamativa (AMARAL, p. 22).

Para Traquina (2002), um dos principais pilares de um governo democrático é o jornalismo livre. “Nenhuma democracia sobreviveu sem uma imprensa livre. Nenhuma ditadura pode permitir a existência de uma imprensa livre” (p. 188).

Traquina ainda chama o jornalista de “guardião dos cidadãos” que os protege do abuso de poder dos governos tiranos. Um sentimento de salvador da pátria, contudo, cai sobre o jornalista. Aquele que domina a verdade e tem o poder de mudar o mundo. Vieira classifica essa sensação de Complexo de Clark Kent.

Mas o que é e como atua o Complexo de Clark Kent? O poder da palavra, da imagem, da seleção, da interpretação dos fatos, e de sua multiplicação cria a ilusão do repórter super-homem como, a começar pela tradicional história em quadrinhos, foi tantas vezes utilizada pela ficção – do cinema às novelas e tevê, passando pela literatura e pelo teatro. (VIEIRA: 1991 pág. 12)

Para Vieira (1991), o Complexo de Clark Kent confere ao jornalista uma certa arrogância, que faz com acredite saber o que é melhor para o público. O livro de Vieira é construído a partir de entrevistas com representantes de grandes veículos brasileiros de comunicação que discorrem sobre essa sensação de superpoderes.

O jornalista precisa acreditar em algumas coisas. Em outros tempos misturava-se a crença com a ideologia: eu entendo que a ideologia não é uma coisa que está necessariamente morta porque ideias ainda são necessárias; mas quando digo crenças quero falar em princípios. Todo homem precisa ter um acervo de princípios, de crenças e de ideias. As ideias podem brotar de seu talento, os princípios de sua alma, talvez. Quero dizer que o jornalista não é um cidadão especial, e que o fato de ser assim considerado pelo dentista, pelo advogado ou sobretudo pelo político não significa que ele seja um indivíduo especial ou que seja a profissão algo de fato especial (...) A maneira pela qual o jornalista ultrapassa a condição de Clark Kent para transvestir-se de Super-Homem recoloca a questão da ética: não existe uma ética específica para o jornalista, existe uma ética dos cidadãos que torna-os iguais. (CARTA, Mino inn Vieira; página 54)

Esse sentimento tem motivo. Segundo Kovach e Rosentiel (2004), o público espera um comportamento como esse dos jornalistas. “Para os poloneses e outros povos em democracias emergentes na região, essa pergunta só tinha uma resposta: agir. O jornalismo servia para construir a comunidade, a cidadania, a democracia” (p. 29). A liberdade de expressão e a autonomia de informar aos cidadãos sobre infrações de normas são capazes de estimular o desenvolvimento de uma sociedade. “Milhões de pessoas, estimuladas pelo livre fluxo da informação,

participavam de forma direta na criação de um novo governo e novas normas para a vida política, social e econômica de seus países” (KOVACH e ROSENTIEL: 2004, PÁG. 29).

Para Roberto Civita, que esteve à frente do Grupo Abril por quase 30 anos e falecido em 2013, essa posição de destaque que é conferida pelo próprio jornalista atrapalha o exercício da função. "Na minha experiência, diria que quanto melhor o jornalista, menos ele se ilude quanto à capacidade de transformar a sociedade." (CIVITA, in VIEIRA; 1991 p. 50).

De acordo com Kovach e Rosentiel (2004), os jornalistas do século 20 não conseguem mais decidir o que o público deve saber, mas ainda influencia as discussões na sociedade. “Isso não significa simplesmente acrescentar interpretação ou análise a uma reportagem. A primeira tarefa dessa mistura de jornalista e 'explicador' é checar se a informação é confiável e ordená-la de forma que o leitor possa entendê-la" (p. 41).

2.4 - Objetividade e imparcialidade

O jornalista assumiu o papel de informar e de explicador do caos, e estar isento diante das próprias ideologias e crenças desde o momento da apuração a repassar o que foi descoberto. Para Luiz Amaral (1996), a objetividade é apontada como uma das virtudes do jornalismo.

A objetividade e seu contrário, a subjetividade, são, na verdade, um dos problemas centrais da filosofia (...) Para os realistas, a verdade deve ser interpretada como correspondência com a realidade (objetividade); para os pragmatistas a verdade é aquilo que é vantajoso para nós crermos (subjetividade) (p. 19).

Amaral ressalta que só foi a partir dos anos 30 do século XIX que os conceitos de objetividade e de imparcialidade entrariam para as redações. “(...) passa a se identificar como uma mistura de estilo direto, imparcialidade, faturalidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologias” (p. 26).

Pena (2005), entretanto, acredita que é inevitável a subjetividade no trabalho jornalístico. Para ele, a subjetividade é interpretada de forma errada, já que pode ser considerada o contrário da objetividade.

Seu verdadeiro significado está ligado à ideia de que os fatos são construídos de forma tão complexa que não se pode cultuá-lo como

expressão absoluta da realidade. Pelo contrário, é preciso desconfiar desses fatos e criar um método que assegure algum rigor científico para reportá-los (PENA: 2005, p. 50).

Pena defende que o método seja objetivo, mas alega que o jornalista nunca será tão exato. O resultado de um trabalho jornalístico do gênero informativo, contudo, deverá ser um texto e não um discurso. Para Pena, o jornalismo atual está cada vez carregado de opiniões e há, não a separação, mas a simbiose da subjetividade profissional em relação à objetividade do trabalho. “Os jornais valorizam mais as declarações do que os próprios fatos” (PENA: 2005, p. 51).

Gaye Tuchman, em Traquina (1993), afirma que o método objetivo é usado como uma forma para que o jornalista possa se proteger de acusações ou críticas. “O artigo sugere que a ‘objetividade’ pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão” (p. 74). Tuchman ainda alega que esse é um recurso que permite ao jornalista justificar que citou outras pessoas, usou os depoimentos de terceiros, em vez de dar as próprias opiniões.

Para Pereira Júnior (2006), o método objetivo vai apresentar um resultado mais sólido e confiável. “O jornalista é intérprete. Não um intérprete qualquer. Ele trabalha sobre um substrato de vestígios, testemunhos e elementos, constrói um contexto para o fato por ele isolado” (PEREIRA JUNIOR: 2006, p. 30).

2.5 – O código de ética dos jornalistas brasileiros

“Minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista – não tenho duas” (ABRAMO, p. 109). A frase célebre de Cláudio Abramo define que não haveria, em tese, uma ética diferente para o ofício do profissional da notícia. “O jornalista não deve fazer nada que o cidadão comum não deva fazer? O cidadão não pode trair a palavra dada, não pode abusar da confiança do outro, não pode mentir” (p. 109).

No entanto, o jornalista brasileiro adota como norma de conduta um código de ética (FENAJ, 2007). O inciso primeiro do artigo sexto do código define que o jornalista deve se opor às situações antidemocráticas e defender os direitos humanos. “É dever do jornalista opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.”

No caso do objeto desta pesquisa, a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU), assinado em 1948, a qual o Brasil é signatário, traz indícios para observações do objeto desta pesquisa.

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Por esta lógica, não caberia, então, aos jornais nem aos jornalistas, o papel de juiz, nem de advogado nem de promotor público. Uma pessoa dentro de uma reportagem, notícia e até mesmo uma coluna dentro do gênero opinião deverá receber o mesmo tratamento se for o suspeito ou a provável vítima.

O Código de Ética, nos incisos oitavo e nono do artigo sexto, também impõe que o profissional do jornalismo honre à imagem do cidadão e ainda que contribua para a promoção das garantias individuais e coletivas, especialmente, as das crianças, dos adolescentes, das mulheres dos idosos, dos negros e das minorias. Desta forma, o jornalista, de acordo com os princípios do código de ética, deve sempre se pautar em defesa aos direitos das pessoas, especialmente, em situação de vulnerabilidade social.

Pena (2005) alega que uma informação errada é capaz de prejudicar a imagem de uma pessoa de forma irreparável.

No jornalismo, não há fibrose. O tecido atingido pela calúnia não se regenera. As feridas abertas pela difamação não se cicatrizam. A retratação nunca tem o mesmo espaço das acusações. E mesmo que tivesse, a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular. Quem tem a imagem pública manchada pela mídia não consegue recuperá-la. Está condenado ao ostracismo (PENA: 2005, p. 113).

Sob esta perspectiva, o cuidado deverá sempre existir, mas intensificado quando um jornal veicula uma notícia que envolva uma pessoa em situação de vulnerabilidade. Uma vez marcada, a imagem ganha uma sombra eterna que irá perseguir. Os olhos vendados de meninos nos jornais não são capazes de esconder o rosto inteiro. Crianças ficam expostas e tem mais do que uma infância ou adolescência sobre os holofotes midiáticos. De certa forma, as luzes intensificam as sombras que persegui-los-ão também na vida adulta.

3. Agendamento, newsmaking e gatekeeper

A reportagem é produto final do trabalho jornalístico. Para poder discutir sobre uma notícia publicada, deve-se avaliar as etapas da produção desde a elaboração da pauta. Lage (2012) exemplifica assuntos que são possíveis para dar origem a uma cobertura de fatos. Segundo ele, desdobramentos (continuação de uma notícia, como a prisão de um foragido), eventos continuados (greves, festejos) tendem a ser pautas.

Isso significa que a votação de um projeto de lei ou de uma emenda, por exemplo, é provável de levantar questionamentos da população e, assim, virar pauta dos noticiários. “Programa-se geralmente a pauta de reportagem a partir de fatos geradores de interesse, encarados de certa perspectiva editorial” (p. 39).

Pena (2005) explica que, segundo a teoria do agendamento – ou *agenda setting*, em inglês – os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, o que sugere que os meios de comunicação agendam as nossas conversas. “A mídia nos diz sobre o que falar e pauta os nossos relacionamentos” (p. 142). Por esse mesmo ponto de vista, Traquina (2005), afirma que “os media podem não nos dizer o que pensar, mas são surpreendentemente bem-sucedidos quando nos dizem no que pensar” (p. 16).

Segundo Traquina (2002), a maior parte dos estudos que constituem a literatura do agendamento examina a relação entre a agenda midiática e a agenda pública. Por essa teoria, acredita-se que o jornalista é capaz de pautar a sociedade, e que a agenda pública também pauta os jornais. Um acidente de trânsito pode desencadear sequências de pautas acerca da segurança nas estradas, uso do cinto de segurança, embriaguez ao volante etc.

"A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade." (KOVACH E ROSENTIEL: 2004, pág. 31). Sobre essa perspectiva, um crime também pauta a imprensa, o que pode desencadear debates a respeito da segurança do local, da penalidade dos envolvidos. A teoria do agendamento diz que os temas de interesse público podem ser definidos pelos meios midiáticos. Traquina (1993) defende que as notícias são criadas na conjuntura de acontecimentos e textos.

Enquanto o acontecimento cria a notícia (porque as notícias estão centradas no referente), a notícia também cria o acontecimento (porque é um produto elaborado e não pode deixar de refletir diversos aspectos do próprio processo de produção). (TRAQUINA: 1993, p. 135)

Para isso, contudo, o texto jornalístico tem de ser visto como relevante para a sociedade; tem de estar escrito de uma forma que mostre à população de que merece ser assunto das rodas de conversas no dia a dia.

De acordo com Pena (2005), a teoria do *newsmaking* apoia que a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. “O método construtivista apenas enfatiza ao caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade.” (p. 129). A construção da notícia é feita de modo hierárquico. Isto é, prioriza-se o “mais importante” ante o “menos importante”.

Recorrendo à técnica da pirâmide invertida, o jornalista organiza a notícia colocando a informação mais importante no início e o menos importante do final, pelo que o leitor apenas pode efectuar a leitura seguindo o roteiro definido pelo jornalista (CANAVILHAS, 2006, p. 2).

Wolf (1985) argumenta sobre os fundamentos adotados pelo jornalista que é capaz de definir o que é notícia. “Na seleção dos acontecimentos a transformar em notícias, os critérios de relevância funcionam conjuntamente, ‘em pacotes’: são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícias, que recomendam a seleção de um fato” (WOLF: 1985, p. 196).

A maneira que um jornalista e um jornal trata a informação pode receber mais relevância diante à população. Uma reportagem na capa, em destaque e letras garrafais tende a ser recebida de forma diferente pelo leitor daquela que está separada em um canto do jornal sem foto ou ilustração. “Estabelece, assim, um conjunto de critérios, de relevância que definem noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua ‘aptidão’ para ser transformado em notícia. (Wolf :1985, p. 189).

Já que existem relações diferenciadas de acordo com a posição e com o destaque dado a uma reportagem, também, há critérios que definem qual ocupará o espaço “privilegiado”. Um jornalista ou grupo de jornalistas que fazem as escolhas. Eles decidem onde vai cada notícia e o quê entra ou não em um veículo. A teoria que trabalha com essa perspectiva é a do *gatekeeper*. “Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates* (...), isto é, o *gatekeeper* tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não.” (TRAQUINA: 2002, p. 69)

A teoria do *gatekeeping* surge do inglês, em que defende que o jornalista decide o que passa pelos portões (*gates*) da notícia. Traquina (1993) define como um processo pelos quais as mensagens existentes passam por uma série de decisão até chegarem ao destinatário consumidor.

Na perspectiva do *gatekeeping*, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde um fluxo de notícias tem de passar por diversos ‘portões’ (ou os famosos *gates*) que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista (*gatekeeper*) tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não, ou seja, a notícia acaba por passar pelo portão ou a sua progressão é impedida (TRAQUINA, 1993, p. 134)

De acordo com essa perspectiva, o processo de produção de informação é subjetivo e, ainda, empodera o jornalista. Pela ótica do *gatekeeping* o editor é quem decide o que é ou não notícia e o que vale entrar em um jornal. “O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões”. (TRAQUINA: 2002, p. 68).

Essa teoria trabalha sobre uma ótica construtivista, na qual o jornalista consegue decidir o que é publicado, mas também é capaz de direcionar a notícia para a forma que convém melhor a essa decisão. É como se, além de escolher o que passa pelos portões, ele, pudesse ajustar conforme o tamanho das fechaduras. Segundo Pena (2005), a decisão é autoritária.

Até mesmo para decidir como irá reunir informações, o jornalista faz escolhas. Os especialistas podem divergir sobre determinados temas, e existem critérios - que podem ser diversos, inclusive, pela rotina de produção – que definem a escolhas dos *experts*. O jornalista também através de perguntas consegue direcionar à

informação desejada durante a entrevistas, à fala que o entrevistado terá dentro do texto.

Desta forma, percebe-se que o trabalho jornalístico pode definir o que a população comentará; é capaz de agendar a pauta pública. O jornalista consegue construir um texto seguindo um modelo que vai mais de acordo com os critérios de noticiabilidade por ele adotados. E, por fim, pode interferir diretamente na veiculação de um material.

O trabalho de um jornalista passa por várias etapas antes de concluído e publicado. Ele é avaliado ainda na fase de produção. Tendo em vista essas etapas, talvez, seja ingênuo supor que uma reportagem com a qual interfira nos Direitos Humanos e no código de ética – já discutidos no capítulo anterior – foi simplesmente um erro, e, quando é acidental, mostra que não houve o cuidado com o assunto de relevância social. O jornalista é responsável pelo discurso do ódio que discerne e se, de certa forma, agenda as conversas em bares ou em casas de chá.

4. Mídia urubu: menor assassino e menino morto

Como um abutre, há momentos em que a mídia se alimenta de decomposição. A analogia ocorre sobre a perspectiva de situações em que a mídia sobrevive a partir de polêmicas e repercussões, como mostra o jornalista Nick Davies (2016) no livro *Vale tudo da notícia*. Davies faz um trabalho investigativo em veículos do conglomerado de Murdoch⁵ e descobre que as revistas de fofoca colocavam escutas ilegais para descobrir informações das fontes.

O exemplo de Davies é um exagero, excede a todos os limites da doutrina ética já apresentada nos capítulos anteriores. No entanto, pode demonstrar a conduta de ave de rapina que pode ser observada no jornalismo. De acordo com a Agência de Notícias dos Direitos à Infância (2015), em programas de cunho “policialescos”, como *Brasil Urgente*, é possível observar que são violados os direitos humanos.

“Um exemplo são os crimes de calúnia e difamação. (...) É de se inferir que dentro da categoria ‘desrespeito à presunção de inocência’ (uma ‘unanimidade’ nesse tipo de narrativa) estejam incluídos casos de difamação e calúnia – o que significa dizer de vidas destruídas pela imputação e a larga difusão de falsas (graves) acusações contra as pessoas”. (Andi, 2015, p. 66).

Para Arbex (2001), a mídia é capaz de manipular e de persuadir a população com informações. Desta forma, ela tem o poder de “construir” uma realidade na qual ainda se passe por isenta e imparcial. “O que torna a mídia tão perigosa é a sua capacidade de andar de mãos dadas com o Estado, enquanto vende a imagem de “neutralidade”, “objetividade” e “democracia”. É a sua capacidade de condicionar o imaginário, moldar percepções, gerar consensos, criar a base psicossocial para uma operação de grande envergadura, como a guerra.” (ARBEX, 2001, p.7).

O tratamento *urubu* já começa com a narrativa dos textos jornalísticos. Os discursos são parciais ao observar que o termo *menor* é comumente associado a *infrator*, àquele que é suspeito sobre alguma irregularidade. *Menino*, no entanto, restringe-se a vítimas ou a casos excepcionais em reportagens para crianças. De

⁵ Rupert Murdoch é um dos maiores barões da mídia. Isto é, um dos homens mais influentes dentro do mundo midiático.

acordo com Maciel (2013), existe uma preferência no texto midiático em usar o menor para os casos de adolescente em conflito com a lei, até como uma prepotência jornalística que pratica mais o trabalho de juiz do que de repórter.

Percebemos, então, a opção do Jornal Nacional em fazer uso da nomenclatura “menor” sempre que se reporta a um adolescente em conflito com a lei. Essa é mais do que uma preferência *lingüística*. Para analisar o discurso do telejornal, é preciso evocar o sentido do termo “menor” na história e, como vimos, ele traz consigo a carga de uma infância pobre estigmatizada como agente de atos criminosos ou com propensão de praticá-los. Na cobertura jornalística, o que aparece como um tratamento natural, na verdade, é uma forma de condenar o adolescente. (MACIEL, 2013, p. 11)

Maciel (2013) aponta que o discurso com o termo *menor* apresenta uma cara pejorativa que pode segregar socialmente. “A utilização da expressão, ao referir-se a uma parcela específica de crianças e adolescentes (os infratores e os de infância pobre), contribui para uma estigmatização desse segmento” (MACIEL, 2013, p. 10).

Para Angrimani (1995), a linguagem faz toda a diferença ao estilo do texto jornalístico. O autor defende que sensacionalismo é tornar ‘sensacional’ algo que não merece esse tratamento. Segundo ele, esse é o encargo dos jornais sensacionalistas, que utiliza de tons escandalosos e espalhafatosos para conseguir chamar a atenção do leitor. “É preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com os personagens. A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação.” (ANGRIMANI, 1995, p. 40)

Ainda de acordo com Angrimani, os recursos sensacionalistas “apanham” um acontecimento parcial e cotidiano e o ampliam. Isto é, existe um exagero ao abordar determinados temas, principalmente, aqueles que envolvem morte e violência. O autor afirma que, ao adotar esta postura, o jornalismo colabora para a reprodução da violência.

4.1. A criança na mídia

A imagem dos adolescentes é representada na mídia, geralmente, envolvida em situações de violência. Kunkel e Smith (in Ulla Carlsson, Cecilica von Filitzen, 2002) analisaram durante um mês todas as reportagens que envolviam crianças e

adolescentes nos Estados Unidos. Ao todo, foram 949 materiais, dos quais o tema crime/violência foram responsáveis por 48% das notícias que abordavam essas pessoas – quase metade da cobertura. As outras categorias de análise foram: educação, família, saúde, questões culturais e economia.

Apenas cerca de um terço das notícias nos dois tipos de mídia dedicou alguma atenção às questões de políticas públicas. Menos que isso, cerca de um quarto de todas as notícias refletia um foco básico em questões de políticas públicas. (Kunkel e Smith inn Ulla Carlsson, Cecilica von Filitzen, 2002, p. 95)

De acordo com Carlsson e Filitzen (2002), há um padrão midiático ao falar de crianças e de adolescentes. As autoras defendem que as crianças são sub-representadas. “Quanto menores, mais invisíveis são. As não só são raramente vistas, como também suas vozes são raramente ouvidas. Ademais, os adultos na mídia raramente falam com as crianças”. (p. 22).

Segundo as pesquisadoras, existem também diferenças dentro da mídia. Por exemplo, a publicidade usa mais a imagem infantil pelo alto poder de influência que as crianças têm. Também existem as programações infantis que por serem voltadas para esse público apresentam mais espaço para as crianças se manifestarem. No entanto, quando envolve a representação delas dentro do jornalismo, as crianças, na maioria das vezes, estão relacionadas à violência. “Uma dessas imagens recorrentes em noticiários, pelo menos em alguns países, é que as crianças são frequentemente representadas com relação à violência e ao crime, onde tanto elas quanto os jovens são responsáveis ou vítimas, e onde as crianças sofrem abuso sexual e físico.” (Ulla Carlsson, Cecilica von Filitzen, 2002, p. 23).

As autoras ainda defendem que esse tipo de representação estimula uma imagem pejorativa dos adolescentes para a sociedade. De acordo com elas, o principal objetivo desses relatos nos noticiários é sensacionalista. Para Carlsson e Filitzen isso tem um resultado negativo para a sociedade e para o desenvolvimento até de políticas públicas que ajudem no desenvolvimento social desse grupo minoritário.

A consequência é que os jovens são via de regra representados como um problema e uma ameaça, e que os grupos vulneráveis são estigmatizados com relação à sua integridade, o que também acontece em conexão com relatos da mídia sobre guerras, catástrofes e a fome. Como muitas outras questões essenciais relativas à criança são raramente tratadas na mídia, a

imagem da criança e da violência tem um espaço desproporcionalmente grande. (Carlsson e Filitzen, 2002, p. 23).

A afirmação das autoras não é apenas sobre a mídia nacional, mas sobre um padrão mundial observado por elas. No Brasil, a Constituição tenta prevenir que sejam adotados fatores que estigmatizem desta maneira os jovens. Em 1990, o Congresso Nacional determinou por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) direitos garantidos a esse grupo. Pelo Estatuto, está protegido por Lei todos aqueles que tiverem até 18 anos.

De acordo com o artigo terceiro do decreto, está assegurando à criança e ao adolescente todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Ainda consta no artigo sétimo do Estatuto que políticas sociais públicas devem ser efetivadas para permitir o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso das crianças e adolescentes.

O décimo quinto artigo do ECA garante, a esse grupo minoritário, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais. Pelo décimo oitavo artigo, é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente. “Pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Este artigo ainda garante que os jovens devam ser educados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante como forma de “disciplinar” esses cidadãos.

O artigo décimo sétimo cuida da imagem das crianças e dos adolescentes. Pelo direito constitucional, não se pode violar a integridade física, psíquica e moral desse grupo. Inclusive, com a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais desses jovens.

A Lei no Brasil visa a proteção total e absoluta dos jovens. Pela Constituição, não se pode fazer nada que constranja e que denigre a imagem de crianças e de adolescentes. Eles também são considerados a prioridade para as políticas e

sociais. No entanto, as representações midiáticas não têm adotado essas posturas. Os jovens estão expostos aos holofotes midiáticos.

O jornalismo, que tem um código de ética com as doutrinas já apresentadas aqui anteriormente, não tem se contido a explorar situações de violência na qual os jovens estão envolvidos.

5. Texto para TV

O texto jornalístico é diferente para cada mídia em que se veicula a notícia. O texto de rádio e o de televisão – por não oferecerem ao ouvinte e telespectador a opção de voltar ao início da reportagem – devem ser mais diretos e objetivos do que o impresso, por exemplo. Além disso, o cuidado com o texto faz com que o telespectador se aproxime da notícia.

A comunicação televisiva faz-se de um indivíduo para outro indivíduo. A transmissão da mensagem real implica uma adesão do telespectador: ele não deve sentir-se distanciado ou excluído, deve ter a sensação de que é uma pessoa importante para a pessoa que fala (Jespers, 1998, p. 99).

O texto de televisão ainda conta com o apoio de imagens. Para Jespers (1998), a transmissão do conteúdo deve estar coerente entre a imagem e o texto. “O jornalista de televisão é, por vezes, obrigado a contentar-se com imagens-álibi para evocar ou simbolizar uma informação. Quanto mais impressionantes forem estas imagens mais correrão o risco de destruir o sentido da mensagem contida no comentário” (Jespers, 1998, p. 88).

Segundo Jespers, o fato de conter imagens proporcionou ao noticiário televisivo, logo no início, uma maior credibilidade. A população poderia enxergar as cenas, visualizar o que estava acontecendo em um determinado lugar do planeta. Contudo, o autor ressalta que, a partir da década de 80, a população começou a diminuir em relação à confiança dos conteúdos noticiosos. “Mas com o decorrer do tempo o público pôde constatar que a imagem podia ser manipulada e que as cadeias de televisão privilegiavam outros critérios que não a veracidade da informação, cedendo à lógica do espetáculo e da competição pela audiência.” (Jespers, 1998, p. 89)

Para Barbeiro, os recursos tecnológicos dos aparelhos usados durante a produção de uma notícia podem reforçar um lado ou ignorar outro da história.

Não podemos esquecer que o *close*, ou a câmera fechada em determinadas paisagens, é capaz de excluir outras informações intencionalmente

ocultadas, como um discurso do presidente que mostre apenas o seu rosto não permite que os manifestantes opositoristas sejam mostrados. A própria seleção de imagens é feita no momento em que os fatos ocorrem e também pode ser manipulada. (Barbeiro, 2002, p. 16)

No entanto, mesmo que a imagem não seja manipulada, ela tem um peso. As cenas que entram em uma notícia, que ocupam o tempo de uma programação não são aleatórias. Elas casam com o texto, elas têm de responder a uma ordem de hierarquia de notícia e são fundamentais para passar a informação completa conforme cabe ao jornalismo televisivo. “Uma imagem, mesmo sem ser manipulada, raramente é transmitida inocentemente” (Jespers, 1998, p. 70).

Segundo Jespers (1998), pensar em uma imagem escolhida ao acaso seria ingenuidade do telespectador. “A imagem televisiva é o resultado de uma série de escolhas e de modificações: para além dos processos já expostos de seleção de hierarquização da informação, o enquadramento da câmera, a montagem assim como o comentário são outras intervenções sobre o real.” (Jespers, 1998, p. 70).

O tempo também é crucial para o jornalismo. Na televisão, o tempo é ainda o espaço da página do jornal impresso. É com o relógio que se decide o quanto deve exibir um fato. “A existência de imagens pode levar à hipertrofia da importância dada a certos acontecimentos. Ex: inúmeras sequências anedóticas que fecham os telejornais, quando o tempo é uma coisa rara e podia ser aproveitado para dar informações mais significativas, mas para as quais não há imagens.” (Jespers, 1998, p.69).

5.1 Jornal Nacional, um campeão de audiência

A importância do tempo também vale para o Jornal Nacional. O principal jornal da televisão aberta no Brasil não poderia estar isento da preocupação dos demais veículos. Sobre essa perspectiva, quando o Jornal Nacional decide manter uma notícia de quatro minutos sobre um determinado tema, é de conhecimento que talvez outra reportagem possa estar em prejuízo na escala da programação.

O jornal tem que ter todos os dias aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo. Se ele tiver 40 minutos de produção, ele vai ter isso e mais uma porção de coisas. Se ele tiver 21 e meio, ele vai ter só isso. Eu dou um jeito, diminuo a cobertura disso e daquilo, elejo o que é

jornalisticamente mais importante para dar ao repórter. (William Bonner in Memória Globo, 2004, p. 294)

William Bonner é o atual editor-chefe do Jornal Nacional. De acordo com Memória Globo (2004), desde 1991, o telejornal adotou um novo modelo de conduta para que diminuísse a quantidade de erros dentro do jornalismo. Nesta nova doutrina, ficou decidido que recai ao editor-chefe da programação diária a responsabilidade sobre o noticiário.

Haja vista a posição do jornal e do editor-chefe, é possível inferir que o tempo destinado à cada reportagem é escolhido a partir de critérios de noticiabilidade, no qual avaliem a importância da transmissão daquele conteúdo à população. De acordo com Memória Globo, a relevância e o interesse público devem ser os principais pilares para a escolha do que será exibido.

5.2. Uma carta para brasileiro ver

Em 2011, o Grupo Globo publicou uma carta de princípios, no qual os veículos noticiosos da rede deveriam seguir. Segundo o editorial, essa já era a conduta adotada pelos jornalistas do grupo, mas ficou decidido transformar em um documento e publicar para a população ter acesso.

Segundo a carta, o jornalismo do Grupo Globo é para produzir conhecimento sobre um determinado fato. Para isso:

Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerarem convenientes;

Outro ponto que a carta defende é o repúdio a qualquer situação de preconceito. Segundo o documento, o grupo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque pela isenção, correção e agilidade na notícia. Isto é, pela carta de princípio, os jornais Globo deverão se manter distantes e imparciais das notícias veiculadas. Além disso, quando houver um erro, consertar de forma que não comprometa a credibilidade do veículo e a reputação dos envolvidos. Esse trabalho ainda deve ser feito de forma ágil para que a informação chegue o quanto antes ao telespectador, leitor ou ouvinte.

O documento também apresenta que o grupo “defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza”.

Aos conteúdos noticiosos do grupo também cabem a responsabilidade social do jornalismo em informar. O documento ressalta que o nenhum veículo do Grupo Globo fará uso de sensacionalismo. Segundo a carta, a atitude sensacionalista é “uma deformação da realidade de modo a causar escândalo e explorar sentimentos e emoções com o objetivo de atrair uma audiência maior”.

A carta está disponível on-line e, de acordo com a corporação midiática, serve como um guia das condutas para fazer o que se considera um bom trabalho jornalístico. Deve-se ressaltar que, segundo o documento, uma das características é a defesa dos Direitos Humanos.

O editorial Globo também explica como será feita a cobertura em casos de investigação de crimes em que os envolvidos são suspeitos. De acordo com o documento, uma pessoa poderá ser considerada suspeita se partir de investigações oficiais, se a alcunha for dada por alguma autoridade pública, de modo que possa comprovar que esse oficial classificou o envolvido desta forma. Nesses casos, o documento prevê que o repórter deverá apresentar também a versão do acusado, e essa versão deverá ser apresentada de forma ampla, que mostre a posição e dê o direito à defesa de quem está sob suspeita.

O jornalista ainda deverá informar em qual estágio se encontram as investigações, cobrará por provas e pelos indícios que levaram as autoridades a sustentar uma acusação. No entanto, é possível que os investigadores errem e culpem um inocente. Neste caso, segundo o documento, o Grupo Globo noticiará a informação com o mesmo destaque que foi dado à primeira versão dos fatos. Sobre essa perspectiva, caso haja uma falha na apuração das autoridades, a opção para o veículo é comunicar à população que houve um erro e ceder o mesmo espaço no noticiário que foi dado acusando uma pessoa injustamente para que o fato seja desmentido. Segundo a carta, o objetivo é de que com isso haja espaço para que a reputação do envolvido seja restaurada.

6. Entrevista na televisão

A entrevista é fundamental para o jornalismo. Segundo Charon (1995), o gênero teve início em 1880. Desde então, já passou por análises, novas técnicas e também sofreu influência pelas tecnologias.

A entrevista na televisão, por exemplo, é diferente do que o que se fazia no século 19. Com novos recursos midiáticos, o repórter deve pensar em imagens que serão transmitidas para o público que acompanha o noticiário.

No dia a dia, portanto fora de longas reportagens ao vivo, o telejornal é composto de uma mistura de fontes de imagens, sons, gravações, filmes, fotos, arquivos, mapas, textos, ruídos, músicas, locuções, etc. É o resultado da ação dos jornalistas sobre o aparente caos onde jazem os acontecimentos transformados em notícias para um telejornal. (BARBEIRO, 2002, p. 16)

O tempo na televisão é crucial. Uma reportagem tem um determinado espaço já antes da execução do jornal definido para ser exibida. De acordo com Charon (1995), o repórter deve saber lidar com a escassez que a programação proporciona e fazer perguntas ao entrevistado que possam ser esclarecidas de forma objetiva.

Como é necessário ser conciso, o jornalista deve saber como obter os dados objetivos (números, fatos verificados, etc.) das respostas do entrevistado, já que ele próprio os pode citar, enquanto o interlocutor transmitirá a sua visão das coisas, as suas opiniões, os seus juízos, as suas análises, as suas vivências. É isso que será retido, em primeiro lugar, pelo ouvinte ou telespectador. (Charon, 1995, p. 15).

Ainda existe outro fator: parte da entrevista é editada. Charon (1995) defende que quanto mais próxima à original melhor para a integridade da veracidade da informação. No entanto, nem sempre é possível deixar como foi produzido o material, principalmente, por causa do tempo televisivo. “A versão final, depois da montagem, é sempre muito mais curta (cerca de duas a cinco vezes mais curta) do que a versão gravada” (CHARON, 1995, p. 22)

Desta forma, as entrevistas devem ser editadas e enquadradas para a melhor compreensão do telespectador. “O jornalista é responsável pela clareza da mensagem que o entrevistado transmite” (Charon, 1995, p. 17). Segundo Charon, os entrevistados não transmitem somente as informações. Durante a reportagem, as fontes podem passar impressões, sentimentos. As reações que um entrevistado

possa vir a apresentar podem interferir no modo em que o público recebe o conhecimento apresentado.

Para Arbex (2001), essa característica pode ser preocupante porque, ao atribuir uma fala ao outro, o entrevistador se isenta da responsabilidade daquela informação. Contudo, foi o jornalista que separou quais trechos convinhavam mais para o “interesse público” e para contribuir com a sociedade.

O que torna a mídia tão perigosa é a sua capacidade de andar de mãos dadas com o Estado, enquanto vende a imagem de ‘neutralidade’, ‘objetividade’ e ‘democracia’. É a sua capacidade de condicionar o imaginário, moldar percepções, gerar consensos, criar a base psicossocial para uma operação de grande envergadura, como a guerra. (ARBEX, 2001, p.7)

Agrimani (1995) acredita que, da mesma forma que um entrevistado pode influenciar os telespectadores ao contar uma história, seja pela postura, seja pelo tom de voz. Um repórter também pode usar desses artifícios quando a matéria apresenta um viés mais sensacionalista para que possa prender o telespectador. “A utilização de linguagem sensacionalista na transmissão da informação não é privilégio da imprensa. Ela também é empregada pelo telejornal e radiojornal.” (AGRIMANI, 1995, p. 33).

Sobre essa perspectiva, Agrimani defende que o tom da narração deve conter mais dramaticidade para que envolva mais o público em casa. Segundo o autor, o ideal ainda seria apresentar a história como se fosse contada em capítulos de um romance ou de uma novela, sendo o último, o *grand finale* a prisão dos criminosos envolvidos. “É preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com os personagens. A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação.” (AGRIMANI, 2001, p. 40).

Para o autor, há, inclusive, características além do tom do narrador para o sensacionalismo para as notícias televisivas. De acordo com Agrimani (2001), na tevê, a imagem é fundamental. Não pode faltar a cena da mãe que chora pelo filho que morreu – se possível, ainda deve ser aproximada a imagem. Durante o momento de entrevistar o suspeito, o repórter sensacionalista deverá intimidar o

acusado, ser duro e firme para que o cidadão de casa sinta uma espécie de catarse com a reação, segundo Agrimani (1995).

Para o autor, seria ingênuo acreditar que só os jornais taxados como sensacionalistas usam este tipo de estrutura textual.

“Mesmo um telejornal (ou radiojornal) não-sensacionalista pode ter em alguns momentos de sua produção momentos sensacionalistas. Como se disse, trata-se de um gênero (sinônimo aqui de estilo). O telespectador, ou o ouvinte, precisa de espírito crítico para entender quando ocorre a mudança a linguagem objetiva, para a sensacionalista. Nessa transposição de linguagem é que pode ocorrer o sensacionalismo.” (AGRIMANI, 1995, p.41)

Assim, o sensacionalismo pode estar contido em um jornal que, normalmente, não aborde essa postura. Mas ao fazê-lo, o jornalista vai tentar chocar mais do que o necessário para atrair a atenção. Ele vai mesclar a informação com o entretenimento e tentar agradar a quem assiste à programação.

Nesses casos, será possível que o veículo tente se abster da imagem de sensacionalista para produzir um conteúdo imparcial, mas a escolha da frase do entrevistado que será exibida tem a participação e o interesse da redação do jornal. A fala de um entrevistado pode resultar em impacto para o público como em uma imagem.

7. Estratégias metodológicas

Em primeiro lugar, torna-se necessário distinguir qual foi o caminho para definição do objeto e amostra para a realização da análise. Assim, esta monografia apresenta uma seleção de 22 materiais jornalísticos veiculados no Jornal Nacional com as chamadas usadas na página da imprensa na Internet.

Para chegar ao objetivo que é de “analisar o comportamento midiático em relação a esses jovens, a reação da imprensa brasileira quando a pauta é um adolescente em uma situação análoga a crime”, a presente pesquisa opta por adotar estratégias de observação que incluem análise discursiva e de conteúdo da amostragem. Com essa finalidade, julga-se válido, antes de realizar os procedimentos sistemáticos, dividir a avaliação nos seguintes itens ao que denomina-se aqui de “**Primeira fase de coleta**”:

a) Descrição breve do material

Um resumo do que as notícias se referem

b) Fontes de informação

Enumeração dos entrevistados e dos documentos que aparecem no material

c) Contextualização e reflexão

Esta contextualização de não haver, ser parcial (quando outros fatos são enumerados, mas não explicam a situação), ou complexa (quando existem múltiplas versões contempladas no conteúdo)

Sob esse recorte, a avaliação dos materiais em quatro momentos do ano de 2015, que são os seguintes:

- Antes dos debates na Câmara

Em 30 de março de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados começou a discutir a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Na semana anterior, o Jornal Nacional fez uma série de reportagens especiais com o tema. Essa etapa da pesquisa irá analisar esses conteúdos que antecederam

a semana de votação polêmica no Congresso Nacional. Nesse escopo, os materiais estudados foram:

- 1) Cursos profissionalizantes são essenciais para futuro pós-internação de menores infratores
- 2) Grã-Bretanha debate sobre aumento da maioria penal
- 3) Crianças podem ser condenadas à prisão perpétua nos Estados Unidos

- Debates na Câmara

A partir das discussões, houve votação na Comissão e, em seguida, na Câmara. Essa fase, então, analisará as reportagens que acompanharam a tramitação da proposta no poder legislativo até 19 de agosto.

- 1) Proposta de redução da maioria penal provoca protestos na Câmara
- 2) Proposta de reduzir maioria penal não fere constituição, diz Comissão
- 3) Comissão aprova redução da idade penal nos casos de crimes graves
- 4) Número de presos no Brasil cresce dez vezes mais do que a população
- 5) Câmara começa análise de proposta de redução da maioria penal
- 6) Câmara rejeita redução da maioria penal e decide discutir nova proposta
- 7) Deputados contrários à redução da maioria penal vão ao STF
- 8) Mais de 100 deputados entram com mandado para anular votação da maioria penal
- 9) Ministro do STF nega liminar sobre redução da maioria penal
- 10) Congresso tem dia tenso e votações começam um pouco mais tarde

- Morte de médico no Rio de Janeiro (RJ)

Em meio às polêmicas, o caso da morte de um médico em um bairro nobre do Rio de Janeiro ocupou espaço no noticiário. A pesquisa fará a análise dos conteúdos sobre a morte e do desencadeamento de informação que envolveu o tema.

- 1) Morte de médico esfaqueado na Lagoa provoca debate entre autoridades
- 2) Polícia apreende adolescente suspeito de assassinar ciclista na Lagoa
- 3) Ciclistas fazem homenagem ao médico esfaqueado na Lagoa, no Rio
- 4) Caso de morto a facadas no Rio tem reviravolta após 3º jovem se entregar

5) Justiça do Rio condena dois menores por envolvimento em morte de ciclista

- Estupro coletivo em Castelo (PI)

Ainda em meio à decisão e à votação na Câmara, outro caso teve destaque nas notícias do veículo analisado. As reportagens do caso e do andamento, como condenação e outros pontos, foram observadas nos seguintes materiais:

- 1) Quatro adolescentes são violentadas por cinco homens no norte do PI
- 2) Justiça do Piauí condena grupo de adolescentes por estupro coletivo de quatro meninas
- 3) Adolescente acusado de participar de estupro no PI é assassinado por comparsas
- 4) Governo do Piauí afasta coordenação das Unidades Socioeducativas do estado

Para cada um desses momentos, serão feitas análises sob os seguintes aspectos abaixo, que são denominados aqui de **“segunda fase de coleta”**

a) Linha narrativa dos acontecimentos

O desencadeamento das notícias. Analisar se houve continuidade dos fatos apresentados e como foi apresentada essa sequência de informações.

b) Palavras-chaves

Termos citados nos materiais para personagens identificados como até 18 anos de idade que tenham peso para os debates (tais como menor, criança, adolescente, crime, apreensão, violência, maioridade, infratores/infração, pena, reincidência ou liberdade). Exemplos de verbos, adjetivos e advérbios também serão analisados nesse campo.

c) Estratégias de dramaticidade, culpabilização e vitimização das personagens

Como suporte teórico para inspirar a pesquisa, recorreu-se a leituras clássicas sobre análise de conteúdo (BARDIN), linguagem (FIORIN) e análise de discurso (FAIRCLOUGH).

A respeito de análise de conteúdo, dois pontos são observáveis nos itens desta monografia: a inferência e a categorização. De acordo com a autora francesa Bardin (1977), a inferência está diretamente ligada à subjetividade do analista. Isto é, cabe ao pesquisador identificar características de natureza psicológica, sociológica e econômicas no texto analisado. “O analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo”. (BARDIN, 1977, p. 39).

Segundo a autora, essas inferências devem tentar responder a dois tipos de problemas: como é apresentado um determinado enunciado (está relacionado às causas ou antecedentes da mensagem) ou quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar (refere-se aos possíveis efeitos das mensagens).

Essas duas questões, segundo Bardin, devem estar em vista ao buscar por respostas de uma pesquisa. O estudo com base de inferência deve ser pautado de acordo com as causas que proporcionaram o surgimento da mensagem e, ou as consequências da repercussão daquele tipo de informação.

Logo, não se pode ignorar o emissor da mensagem, muito pelo contrário. Bardin acredita que aquele que a transmite insere no texto uma bagagem cultural. “Podemos, por conseguinte, inferir a partir da procedência (o emissor e a situação na qual este se encontra) e a partir do destinatário da comunicação, embora este caso seja mais raro e incerto” (BARDIN, 1977, p. 40).

Para Bardin (1977), também é importante ao desenvolver uma pesquisa com base na análise de conteúdo, dividir em categorias. A autora chama esse procedimento de categorização. “Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas ou análise temática é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discurso diretos e simples” (BARDIN, 1977, p. 199).

Essas categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico. Este agrupamento ocorre em razão das características comuns dos elementos selecionados.

Bardin defende que o agrupamento ocorra a partir de cinco critérios: semântico (categorias temáticas), sintático (verbos, adjetivos), léxico (classificação das palavras pelo sentido, com emparelhamento de sinônimos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

Sobre análise de discurso, Fairclough (2001) defende que o modo em que um texto é construído é carregado de uma intenção. De acordo com o autor, o objetivo da análise do discurso é analisar as estratégias de polidez e analisar se há diferenças sociais entre os participantes do discurso. Para fazer esse trabalho, o teórico divide um texto em três categorias gramaticais: transitividade, tema e modalidade. Segundo o autor, as três dimensões correspondem respectivamente às funções da linguagem ideacional, textual e interpessoal.

Fairclough explica que a análise do discurso, ao trabalhar com a transitividade do texto, verifica se há um favorecimento de fala a um determinado grupo por meio das escolhas de voz (ativa ou passiva) que são feitas pelo autor da mensagem. “Um maior interesse está na agência, na expressão de casualidade e na atribuição de responsabilidade” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 287).

Em relação ao tema, Fairclough afirma que o objetivo é estudar um padrão temático no texto. Os valores e as suposições que são apresentadas no discurso. De acordo com o autor, também faz parte dessa análise as repetições textuais.

No caso da modalidade, como define Fairclough, deve-se verificar os significados das características textuais em divididas em dois tópicos para serem analisados: relações sociais no discurso e o controle das representações da sociedade. “O objetivo é de determinar padrões, no texto, quanto ao grau de afinidade expressa com proposições, por meio da modalidade” (FAIRCLOUGH, 2001, p.288).

A análise também pretende explorar na observação aspectos ideológicos do discurso que foram definidos por Fiorin (1988). O pesquisador conta que a linguagem pode veicular determinações ideológicas nos discursos. Para o autor, a dificuldade neste tipo de análise está em avaliar as características ideológicas inseridas dentro do texto. Para isso, Fiorin afirma que o pesquisador deve verificar o contexto social e cultural do texto. “Leve em conta o fato de que ela (linguagem) é uma instituição social, o veículo das ideologias, o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, os homens e os outros homens” (FIORIN, 1988, p. 6)

O teórico acrescenta que as coerções sociais podem ser analisadas pelo nível do discurso. Inclusive, Fiorin alega que pode haver manipulação textual consciente ou inconscientemente.

Há no discurso, então, o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente. A sintaxe discursiva é o campo da manipulação consciente. Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. O falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor etc. (FIORIN, 1988, p. 18).

Se, na sintaxe, a manipulação consciente se propaga, na semântica ocorre a inconsciente. Para Fiorin, o conjunto de elementos semânticos constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social. “A semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita” (FIORIN, 1988, p. 19).

Sob essa perspectiva, para se fazer as análises na linguagem dos telejornais serão verificados os campos sintáticos e semânticos do discurso. Após as observações que compreendem as duas fases de coleta, a pesquisa entrega uma “**observação resultante**” do período analisado que sugere posições particulares da pesquisadora, onde são trazidos olhares à luz do que foi estudado nos capítulos anteriores e a percepção subjetiva dessa construção da monografia.

8. Análise dos dados

Conforme classificado no método, estão definidas quatro etapas e os três tipos de análise. A observação é a que segue referente aos períodos definidos como: “antes dos debates na Câmara sobre a redução da maioria penal”, “durante a votação do tema”, “morte de médico no Rio de Janeiro (RJ)” e “estupro coletivo na cidade de Castelo (PI)”. Para os casos selecionados, a pesquisa apresenta os desdobramentos das notícias (o que foi sucedido após a informação ter sido passada pela primeira vez), os termos mais citados na reportagem – levando em consideração repetições e cargas pejorativas –, termos que podem representar intensidade nas informações e a carga de dramaticidade nos textos. Como já citados anteriormente, para apresentar essas informações, serão usadas estratégias inspiradas em textos de análises de conteúdo, de discurso e uma verificação da carga de ideologia que pode estar na linguagem.

8.1 – Antes dos debates na Câmara

Os materiais coletados nesse segmento são referentes a casos que antecederam às discussões na Câmara. Uma semana antes do debate na Comissão de Constituição e Justiça ter início, o Jornal Nacional já escalava reportagens especiais para a programação do noticiário.

Uma característica dessa etapa que chama a atenção ao ser comparada com o material das outras etapas é o tempo. A menor reportagem apresentada tem 4 minutos e 28 segundos e a maior, 5 minutos e 23 segundos, inclusive são chamadas de “série de especiais”. Vale lembrar que o tempo médio do telejornal é de 45 minutos. Por serem reportagens especiais e de maior duração do que os outros segmentos, a análise dessa categoria será feita individualmente para cada reportagem.

8.1.1 – Primeira fase de coleta

a) Descrição do material

Três conteúdos foram veiculados com enfoque na redução da maioria penal. O primeiro mostrou casos de jovens no Brasil que foram “recuperados” após passarem por um sistema socioeducativo. A reportagem recebeu o título de “Cursos

profissionalizantes são essenciais para futuro pós-internação de menores infratores”. Para fazê-la, o jornalista mostrou que o trabalho de reeducação é importante para que não haja reincidência em infrações.

A segunda reportagem é sobre o modelo de penalidade aplicado na Grã-Bretanha, com uma das penas mais rígidas em relação à punição de adolescentes envolvidos em crimes. A reportagem recebeu o título de “Grã-Bretanha debate sobre aumento da maioridade penal”. Durante a veiculação da reportagem, estudava-se na ilha europeia⁶, se as penas aplicadas aos jovens não seriam muito severas.

A terceira reportagem da semana foi sobre o modelo adotado nos Estados Unidos da América, intitulada de: “crianças podem ser condenadas à prisão perpétua nos Estados Unidos”. No país, há diferença na legislação em cada estado. No material jornalístico apresentado, o repórter reforça as leis como ocorrem no Alabama e no Michigan, locais onde o adolescente pode ter condenação de prisão perpétua. O conteúdo também mostra como é em Nova York, em que jovens a partir dos 16 anos podem cumprir pena ao lado de adultos.

b) Fontes de informação

Na primeira reportagem, as fontes foram (em ordem que apareceram no conteúdo): gerente de um centro de internação, a psicóloga do centro, o diretor técnico do centro da unidade, diretor da unidade, professora que leciona na unidade, o idealizador de um projeto que estimula o ensino dentro das unidades, estatísticas (a fonte da origem dos dados não foi apresentada), professor de capoeira da unidade, jovem da unidade que joga capoeira, mãe de um jovem que foi apreendido e que passou pela unidade e, por fim, o jovem da unidade.

Pode ser observado que o material foi todo construído com fontes envolvidas com os sistemas socioeducativos. São diretores, técnicos, professores e psicólogos das unidades que aparecem e têm fala na reportagem. O conteúdo apresenta duas unidades de ressocialização (uma no Distrito Federal e outra em Pernambuco) como exemplos e foca apenas nelas. As estatísticas que aparecem no texto são de quantos adolescentes são reincidentes no país e a comparação do número com o da unidade em Jaboatão dos Guararapes (PE).

⁶ Grã-Bretanha é uma ilha na Europa que envolve três países: Escócia, Inglaterra e País de Gales. O nome deriva dos bretões – povo bárbaro que colonizou a região.

A comparação é relevante, inclusive porque mostra como os dados são destoantes. Na unidade pernambucana, a reincidência é de 13%, enquanto na média geral nacional é de 54%. No entanto, pelos números serem desproporcionais, falta ao menos citar qual é a unidade da Federação com o maior índice de reincidência e apresentar os dados. Pelo que foi mostrado, é possível inferir que as unidades socioeducativas no Brasil são ótimas, os trabalhos que são feitos são maravilhosos, as “recuperações” praticamente milagrosas e os resultados sensacionais.

As outras “vozes” que aparecem nas reportagens são jovens apreendidos ou em liberdade após terem passado do sistema socioeducativo. Eles contam ao jornalista o quanto “melhoraram” após terem sido apreendidos, como estão mais comunicativos. A mãe de uma das personagens no trabalho ainda agradeceu ao fato de a caligrafia do filho estar mais legível. O vídeo encerra com a fala de um rapaz ao informar que não há nada melhor do que estar livre. “A liberdade não tem preço nenhum.”

Na reportagem, não há um sociólogo ou alguém distante das unidades de internação que possa explicar ou falar sobre o assunto. A matéria poderia ser descontextualizada sob esse ponto de vista, já que apresenta falas de “especialistas” que são beneficiados pelo andamento do trabalho. A realidade brasileira não aparece e não tem representatividade diante do material veiculado em 28 de março.

No caso da reportagem em 27 de março, sobre a penalidade na Grã-Bretanha, as fontes usadas são (na ordem em que aparecem na reportagem): um ex-detento que faz palestras e conscientiza os jovens a não praticarem atos infracionais); um adolescente que pensou em traficar drogas, mas, ao conhecer o projeto e as lições que o ex-detento tinha a passar, desistiu e, até a veiculação do conteúdo jornalístico; o diretor de uma Organização Não-Governamental, a Associação Britânica para a Adoção e Desenvolvimento⁷ (BAAF, sigla em inglês) e, por fim, uma ex-detenta que também passou anos em presídios e, para evitar que outras pessoas passem pelo mesmo caminho, ela tem adotado jovens em sistemas socioeducativos e mostrado a eles novas oportunidades.

⁷ British Association for Adoption and Fostering (BAAF). Fostering foi traduzido como desenvolvimento para aproximar mais da realidade brasileira. O verbo literalmente é traduzido como Formentar, que existe no português no sentido figurado com a tradução: estimular o crescimento de uma criança.

Como na análise do material noticioso anterior, as fontes foram parciais – a pesar de ter ocorrido em quantidade menor. É possível observar uma série de depoimentos de pessoas que passaram pelo sistema carcerário inglês, no entanto, faltam dados mais concretos, como números. Não é possível ter uma noção do nível de violência na Inglaterra a partir das informações que são apresentadas no vídeo.

Contudo, há de se observar que a presença do diretor da ONG é importante para fazer esse contraponto. Ele é a fonte especialista do conteúdo - como citado no capítulo 2. O diretor se mostra contrário à lei britânica na qual obriga meninos a partir de 10 anos para um sistema penitenciário caso tenham cometido um crime. Para o especialista, a maioria deveria aumentar para 15 anos.

No último dia da série de especiais, o Jornal Nacional mostrou como é feito nos Estados Unidos. Naquele país, há diversas legislações para cada estado. Desta forma, não há uma penalidade em comum para os casos de adolescentes em situações análogas a infrações. Os exemplos de legislação apresentados pela reportagem são no Alabama, em Michigan, em Nova Iorque e na Carolina do Norte. Nos dois primeiros, um jovem com 16 anos ou mais pode ser condenado à prisão perpétua e nos dois seguintes, ele pode ficar detido na mesma cela que adultos. Além disso, é mencionado no texto do repórter que em Nova Iorque, as punições são a partir dos 7 anos.

Para essa reportagem, as fontes apresentadas são (em ordem que aparecem no telejornal): dados (com a fonte de onde foram tirados) de crianças que foram condenadas à prisão perpétua sem liberdade condicional, um detento condenado aos 13 anos por assassinato e que está há 20 anos em cárcere; informações dos estados de Nova Iorque e da Carolina do Norte; uma defensora do aumento da maioria dos 16 para os 18 anos em Nova Iorque; estatísticas de reincidentes dos crimes; um ex-detento que ganhou a liberdade recentemente – segundo o repórter –, a diretora de uma instituição do Bronx que trabalha com a socioeducação de jovens; outra ex-detenta que após sair em um sistema carcerário começou a ser “mais agradecida” e a “não reclamar de tudo”.

A terceira reportagem tem mais conteúdo informativo que as demais. Os dados apresentados mostram que 2,5 mil crianças – a partir dos 10 anos – foram condenadas a uma pena pelo resto da vida sem liberdade condicional por crimes.

Essa é uma das primeiras informações do texto do repórter e tem a fonte identificada.

Em seguida, a voz na reportagem é de um rapaz que está há 20 anos preso – desde os 13 – por homicídio doloso (com intenção de matar). Depois de mostrar a personagem, a reportagem apresenta um vídeo de câmeras de segurança em uma lanchonete no qual é retratada uma agressão entre adolescentes. Próxima fonte que aparece no material noticioso é uma ex-detenta apreendida por tráfico de drogas. Ela conta que ficou presa com outras meninas que teriam cometido crimes mais graves, teve a ficha suja e, mesmo depois de solta, tem dificuldades em encontrar emprego.

Depois de já ter apresentado duas personagens e levantamentos de dados, o material jornalístico afirma que há projetos para mudar a legislação de Nova Iorque e apresenta uma defensora da ideia. Segundo a fonte, o sistema carcerário adotado nos EUA pode ser considerado “falido”. Em seguida foram apresentadas mais estatísticas sobre a reincidência de menores. De acordo com as informações, 63% dos menores são reincidentes. Um ex-detento que está em liberdade há pouco tempo (segundo o repórter, não há informações se são dias ou meses. Deve-se lembrar que a reportagem foi veiculada em março de 2015) e que teria mudado de vida após a prisão.

Outra fonte é a diretora de uma instituição de Bronx – um dos 62 condados de Nova Iorque – responsável por um programa de reabilitação de jovens. No local, os adolescentes aprendem a controlar a raiva e fazem terapia. No entanto, não podem ter cometido crimes hediondos. O conteúdo jornalístico também apresenta outros dados relacionados ao custo financeiro. Os trabalhos da ONG custam US\$ 7 mil por ano por jovem enquanto, para mantê-los preso no sistema penitenciário do estado, custa US\$ 260 mil. Por fim, o jornalista conta à instituição banca viagens para a África para um “choque de realidade”. A última fonte é uma jovem que foi condenada por roubo e agressão e que foi enviada à Uganda.

c) Contextualizações e reflexões

Como os três casos são de uma série de especiais, eles podem ser considerados com uma contextualização semelhante. Há dados factuais em dois casos (Grã-Bretanha e EUA), como a discussão de aumentar a maioria penal na

ilha europeia e no estado de Nova Iorque (na reportagem sobre a legislação norte-americana também mostra um vídeo gravado na semana da exibição do conteúdo no Jornal Nacional). A reportagem não citou, mas poderia ser lembrado que, na semana seguinte à discussão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, começava a debater sobre a redução da maioria penal.

No entanto, esse não é foco dos materiais. Os conteúdos são voltados a mostrar diferentes realidades do mesmo tema. Como é no Brasil, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Desta forma, são semelhantes ao apresentar pessoas que vivem e que viveram em sistemas de reabilitação de cada local. A contextualização dos materiais é mais ampla do que o factual apesar de o tema estar em debate nos três casos.

8.1.2 – Segunda fase de coleta

a) Linha narrativa dos acontecimentos

Na primeira reportagem, o jornalista mostra os cursos profissionalizantes que são lecionados nos sistemas socioeducativos. Ele afirma que a principal dificuldade dos jovens é conseguir um emprego ou ter alguma oportunidade de trabalho após ter passado pelo sistema de reabilitação. Faltam, contudo, informações que comprovem essa ideia, seja com dados de quantos conseguiram um estágio ou emprego nessa área, com a comparação com outros países ou, até mesmo, com o depoimento de algum adolescente que passou por essa dificuldade. Depois, ele mostra que uma das formas para facilitar a inserção desse jovem no mercado de trabalho é com cursos de capacitação. Para isto, o jornalista mostra dois exemplos no Brasil em que a profissionalização faz parte das atividades no sistema socioeducativo. No fim, ele mostra qual é o resultado dentro de uma das unidades e em liberdade.

A reportagem constrói o perfil do sistema, como os programas socioeducativos conseguem reinserir jovens, quais são as possibilidades para eles crescerem e modificarem comportamentos infracionais. Sob esse ponto de vista, o material noticioso cumpre o objetivo de informar que existe estrutura de atendimento, apesar de apresentar falhas. No desencadeamento das informações, o

repórter não cita ou mostra como ocorre no país, como um todo. Ele apenas usa dois exemplos de unidades socioeducativas (no Distrito Federal e em Pernambuco) para dizer que os cursos profissionalizantes têm ajudado aos jovens em liberdade, contudo, não é apresentado nenhum número com a quantidade de ex-internos inseridos no mercado de trabalho. A reportagem é interessante para mostrar o que deve ser feitos com adolescentes em sistemas penitenciários, contudo, é falha ao dar um panorama da realidade nacional.

O segundo conteúdo noticioso analisado (Grã-Bretanha) começa e termina com personagens. No início, é apresentado o ex-detento Charles Young que, após sair da prisão, dedica-se a incentivar com que jovens não façam o mesmo. Por último, é o caso de uma ex-dententa Princess Lawrence que, da mesma forma que o primeiro, estimula o bom comportamento de jovens. No entanto, ela trabalha com adolescentes que já foram condenados e têm o acompanhamento da polícia. Desta forma, é possível observar uma narrativa cíclica, na qual o texto começa com um exemplo semelhante a outro.

O modo que o texto se apresenta focaliza mais nos trabalhos que são feitos para reinseri-los do que no que o título propõe, que é o debate do aumento da maioria penal na Grã-Bretanha, onde crianças de 10 anos podem cumprir pena e, aos sete, já podem sofrer sanções do Estado, como serem banidas de locais públicos.

No texto, há apenas o diretor da ONG britânica que mostra as posições contrárias ao modo em que a legislação é feita na ilha europeia. A narração também não oferece espaço para que os jovens condenados participem do desenvolvimento textual; fala-se deles, mas eles, praticamente, não têm voz. O caso mais próximo é o de Sean que aos 14 anos pensou em comercializar drogas, mas por intervenção da mãe acabou aderiu ao programa do Charles Young e, até a exibição do material, o jovem tinha 19 anos e trabalhava com o tutor para não deixar que outros jovens pratiquem atos infracionais.

O discurso sobre a terceira reportagem sobre a legislação dos Estados Unidos da América começa com a apresentação de dados. As informações apresentadas mostram que 2,5 mil crianças já foram condenadas à prisão perpétua sem direito à liberdade condicional no país. Depois de levantar o dados e

contextualizar à realidade americana, o jornalista apresenta o primeiro personagem – detento há 20 anos, Erick Smith foi condenado quando tinha 13 anos.

O texto prossegue com um vídeo gravado pela câmera de segurança de uma lanchonete no qual mostra a agressão de uma gangue. Na narração do repórter, ele ressalta que o caso chamou a atenção não apenas pela violência, mas porque uma das agressoras tinha 16 anos. A idade da jovem é usada como um gancho⁸ para fazer a conexão com as leis nos estados de Nova Iorque e da Carolina do Norte, onde a maioridade penal é de 16 anos e, com essa idade, os adolescentes podem ser confinados a celas na companhia de adultos.

A narração sempre embasada em estatísticas mostra que no ano anterior à reportagem (2014) dois mil adolescentes de 16 a 17 foram enviados ao sistema penitenciário nos estados. Essa informação leva a uma jovem que cumpriu pena por tráfico de drogas, a condenação marcou a vida da adolescente que nunca conseguiu – pelo menos até a exibição da reportagem – um emprego de enfermeira, que é o sonho da jovem.

No andamento do texto, o jornalista mostra uma entrevista com uma defensora do aumento da maioridade penal de 16 a 18 anos. Esse é outro ponto factual da reportagem, já que a possibilidade de aumentar a pena estava em discussão em Nova Iorque. Novamente, ele apresenta dados que mostram que pelo modelo há uma reincidência de 63% de jovens.

O dado é usado como um gancho também para mostrar estratégias de reabilitação que possam reduzir a quantidade de adolescentes que, ao sair da cadeia, continuam a praticar crimes. O repórter apresenta um rapaz que passou pelo sistema penitenciário e que garante não se envolver mais com atos infracionais.

Ainda com a apresentação de modelos socioeducativos, o jornalista mostra o caso de uma Organização não-Governamental que trabalha com menores em conflito com a Lei para que, com terapia, possam aprender a controlar a raiva e, com viagens à África valorizem a vida que têm nos Estados Unidos. A última fala da

⁸ Quando um tema serve de base para o desenvolvimento da história. Exemplo: o dia das mulheres pode ser usado como gancho para se falar de machismo, de feminismo, de violência doméstica, cultura do estupro etc.

reportagem é de uma menina que passou por esse projeto. Condenada por agressão, ela foi à Uganda e conviveu com uma outra realidade.

b) Palavras-chaves

Para fazer a análise deste trabalho, foram levantadas palavras-chaves que tenham peso ao falar de adolescentes envolvidos em práticas criminais. Os termos “jovem” ou “jovens” apareceram sete vezes nos três materiais, com maior frequência no caso da Grã-Bretanha, quando foi usada quatro vezes. “Adolescente” ou “adolescentes” estiveram presente onze vezes no discurso, principalmente, na reportagem do sistema socioeducativo brasileiro que apresentou sete vezes a palavra. Um dado curioso é que na reportagem da Grã-Bretanha, o termo não apareceu nenhuma vez.

Da mesma forma, é interessante observar que “maioridade” não aparece nenhuma vez no conteúdo jornalístico sobre o Brasil – deve-se lembrar que a comissão na Câmara dos Deputados iria começar a discutir o tema na semana posterior à veiculação do material. No entanto, o termo apareceu cinco vezes nos outros dois materiais.

“Pena” ou “penal” foi outro termo que não deu as caras no discurso do repórter sobre cursos profissionalizantes. Como se ignorasse a situação com a qual os jovens se encontram, a palavra não apareceu nenhuma vez nos cinco minutos de reportagem. Nos outros dois casos, a situação também não foi diferente, o material sobre a Grã-Bretanha registra a palavra uma única vez enquanto a dos EUA aparece em quatro momentos.

“Infratores”, “infrações” ou “infringir” apareceram sete vezes nos discursos jornalísticos, com maior frequência no texto da Grã-Bretanha. “Crime” aparece em dez situações, sendo mais comum no texto dos Estados Unidos com seis aparições. “Criança” não está presente em nenhum momento na primeira reportagem, aparece uma única vez no texto da ilha europeia e três no dos EUA.

Uma característica que deve ser ressaltada é que mesmo que haja casos em que “adolescente”, “criança” e “maioridade” não tenham aparecido em todos os textos, os três termos estão presente na chamada das matérias. Isto é, em todas as

vezes que os âncoras do telejornal apresentaram os trabalhos dos repórteres ao telespectador, eles usaram expressões que foram omitidas do discurso do repórter.

c) Estratégias de dramaticidade, culpabilização e vitimização das personagens

Na primeira reportagem, é possível observar algumas cargas de dramaticidade no texto, principalmente, no fim do conteúdo. Ao apresentar os jovens, que foram as personagens do material, o jornalista diz: “o sistema já gerou alguns expoentes. Um deles é esse garoto de 17 anos que se encantou com a capoeira. Agora ele é mestre desta arte”, “o bom comportamento fez a Justiça abreviar a medida socioeducativa. Agora, o jovem pode frequentar uma escola normal e morar com a mãe, que se derrete de orgulho do filho pródigo” e “orgulhoso de si, tanto que faz questão de mostrar o rosto e o nome”.

Outras características também devem ser mostradas é a fala das personagens apresentada, também é um recorte do jornalista sobre o texto. Por isso, quando há a voz de outro dentro da reportagem, deve ser levado em conta que o autor do texto selecionou aquela informação para colocar no texto.

Desta forma, o recorte de dramaticidade também pode ser feito com as seguintes observações de terceiros: “a caligrafia dele melhorou digamos 100%, que *tava* (sic) horrível. Tinha coisa que não lia direito. Não escrevia. Lia, mas não escrevia. E ele saiu de lá nessa parte bem desenvolvido”.

Pode perceber uma tendência à gratificação do sistema penitenciário. O menino que era um interno é um filho pródigo ao retornar para casa com o curso de capacitação, até a caligrafia do jovem melhorou, o que deixa a mãe orgulhosa do herdeiro. A frase utilizada pelo jornalista é: “a mãe se derrete de orgulho”. No entanto, quando ela fala do jovem ela se refere à legibilidade da letra do rapaz e não a uma conduta adotada ou algo do tipo. A fala pode ser incoerente com a informação seguinte ou pelo menos é acrescentado valor por parte do repórter para o que a mãe se refere.

Pela fala do primeiro jovem, que pratica capoeira, é possível identificar uma exclusão que existe dentro de uma unidade socioeducativa. Ele afirma que os outros rapazes só começaram a conversar com ele depois que se destacou com a capoeira. É possível identificar uma tentativa de melhorar a situação na qual os jovens se encontram, que é a de restritos à liberdade. O uso de adjetivos e de

verbos que atribuem características é um dos indicativos desta técnica como ao usar “pródigo” para se referir ao garoto ou dizer “se derrete de orgulho”. As expressões marcam sensações dentro do texto, como as apresentadas no capítulo 4 ao mencionar sensacionalismo.

A segunda reportagem apresenta uma carga de drama menor do que na anterior. No entanto, no final, ao fazer uma entrevista, é possível identificar que o jornalista atribui valor ao sentimento da entrevistada. Ao dizer “e você deve estar feliz”, o repórter determina a sensação que a personagem admite ter e, ainda, induz ela a responder.

Embora seja notável a conquista – um jovem que está inserido em um sistema socioeducativo é aprovado na universidade –, o jornalista determina uma pré-condição à responsável pela guarda do garoto. No conteúdo jornalístico, ela não apresenta as maiores dificuldades ao trabalhar com menores em conflito com a lei. Não houve espaço para relatos do cotidiano.

A terceira reportagem é a que apresentou mais pesquisas com dados informativos e a que teve um embasamento mais aprofundado entre as três. É possível acreditar que foi a reportagem com maior cuidado para não criar uma vitimização ou até mesmo exagerar na carga de drama do texto, como foi possível inferir no primeiro material. O ponto mais crítico observado é ao mencionar o jovem que recentemente saiu do sistema carcerário.

Ao comentar sobre o caso, o repórter informa o seguinte: “ele diz que mudou quando se tocou que a vida é séria e num piscar de olhos pode perdê-la”. No entanto, deve-se lembrar que a entrevista foi feita em inglês e que o padrão do texto foi adotar uma tradução simultânea à fala da personagem. Desta forma, a frase metafórica não é do repórter, mas uma colocação do entrevistado.

8.1.3 – Observação resultante

As três reportagens que antecederam a semana de votação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados mostraram realidades diferentes sobre a redução da maioria penal. No primeiro caso, mostrou que há unidades socioeducativas preparadas para receber os adolescentes e que esses locais estariam a fazer um “bom” trabalho, como é possível inferir pelo discurso que o repórter adota. As duas reportagens seguintes mostram como funciona a legislação

para atos infracionais cometidos por crianças ou adolescentes. Uma característica em ambas as reportagens foi mostrar o funcionamento em países desenvolvidos. Contudo, não foi apresentado o porquê deste recorte. Não há uma distinção do porquê focar na Grã-Bretanha, que tem um dos sistemas mais duros – como o próprio material descreve – e não apresentar dados de outras nações europeias a exemplo a Alemanha, a Itália, a Romênia e os Países Baixos – em que a maioria penal é aos 21 anos.⁹

Da mesma forma, mostra casos nos Estados Unidos, mas apenas das punições mais severas. Não há um panorama de comparação para diversas legislações dentro do mesmo país. O texto foca apenas nos estados em que as penas são mais severas.

Apesar de haver este desequilíbrio de informações, os repórteres mostram que, na contramão do Brasil, as nações na época estudavam formas de aumentar a maioria penal por considerarem o modelo em questão ineficaz. Os debates ainda estavam por ocorrer, mas é importante ter esse indicativo. Porém, na reportagem feita em solo nacional nem é comentado o termo maioria. O jornalista ignora o fato de que na semana seguinte à exibição do material que produziu estará em debate um tema que mexe com a Constituição brasileira. É omitida essa informação, como se fosse um “detalhe” para a contextualização do trabalho.

Inclusive, é interessante perceber a proximidade das datas. Como apresentado nos capítulo 3, o *gatekeeper* escolhe o que será apresentado e o que não entrará no telejornal. Sob essa perspectiva, é possível acreditar que a discussão programada na Câmara teria agendado as reportagens do Jornal Nacional. Caso contrário, a exibição da série de reportagens especiais em uma semana e a discussão sobre redução da maioria penal na segunda-feira seguinte à divulgação seriam meras coincidências de data.

8.2 – Debates na Câmara

Os materiais apresentados nesse segmento são sobre os casos que envolveram os debates na Câmara dos Deputados. Estão incluídas nesta categoria

⁹ Dados retirados do comparativo publicado pelo Ministério Público do Paraná. Segue o endereço eletrônico para consulta: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=323>

as discussões das comissões, votações e pesquisas apresentadas por órgãos governamentais no período de março a agosto, que foram os selecionados para o recorte do material.

8.2.1 – Primeira fase de coleta

a) Descrição do material

Os conteúdos dessa etapa são focados na proposta de redução da maioria penal que começou a ser discutida pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 31 de março de 2015. A tramitação no plenário foi polêmica. Houve manifestações, debates e manobras políticas que agravaram os conflitos do cenário político na época. A aprovação da maioria pelos deputados ocorreu em 2 de julho, no entanto, ainda houve novos desdobramentos no processo. Foram acompanhadas as reportagens do Jornal Nacional sobre os andamentos das discussões.

Nessa etapa foram selecionadas dez reportagens veiculadas no período descrito acima. Elas são: “proposta de redução da maioria penal provoca protestos na Câmara”; “proposta de reduzir maioria penal não fere constituição, diz Comissão”; “comissão aprova redução da idade penal nos casos de crimes graves”; “número de presos no Brasil cresce dez vezes mais do que a população”; “Câmara começa análise de proposta de redução da maioria penal”; “Câmara rejeita redução da maioria penal e decide discutir nova proposta”; “deputados contrários à redução da maioria penal vão ao STF”; “mais de 100 deputados entram com mandado para anular votação da maioria penal”; “ministro do STF nega liminar sobre redução da maioria penal” e “Congresso tem dia tenso e votações começam um pouco mais tarde”.

b) Fontes de informação

Nas reportagens selecionadas nesta fase de coleta, é possível identificar um padrão nas fontes de informação. Como elas acompanharam os debates na Câmara sobre a Proposta de Emenda Constitucional para a redução da maioria penal, os textos ficaram, em média, dentro do Congresso. As principais fontes são deputados e ministros do Supremo Tribunal Federal. Uma característica analisada é que os jornalistas, além de reportar os fatos ocorridos, também participam como especialistas. Isto é, eles explicam como será a tramitação do processo. Nessas

ocasiões, não são apresentadas as fontes que embasam o conhecimento dos repórteres.

Em nenhum dos dez textos apresentados, houve apresentação de especialistas contra ou a favor das medidas. O máximo que ocorreu foi, na primeira reportagem – exibida em 30 de março –, a apresentação das ideias do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso e do Diretor-Executivo da Rede Primeira Infância, Claudius Ceccon. O primeiro se mostrou a favor da redução enquanto o segundo defendeu opinião contrária.

Além desses casos, não houve especialistas em Direito para reforçar os debates e as apurações jornalísticas. Além de os repórteres terem orientado as informações em relação ao caminho dentro do plenário, eles exerceram papel de testemunhas do que ocorreu. Ao mostrar os placares de votação e o “clima” político dentro do Congresso, mostraram as observações feitas a partir do que presenciaram.

Deve-se destacar um conteúdo jornalístico dessa etapa de coleta que fugiu ao ambiente da Câmara e das votações. Esse conteúdo foi divulgado pelo Ministério da Justiça em 23 de junho quando o órgão federal apresentou que o número de presos no Brasil cresce dez vezes a mais do que o da população. Apesar de não ter o foco na redução, inclusive, o Jornal Nacional nem menciona a votação que está em tramitação, deve-se ressaltar que a exibição da pesquisa foi exatamente uma semana antes da Câmara começar a analisar a proposta de redução. A reportagem do telejornal em 30 de junho trouxe o apelo do até então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que a redução não fosse feita.

No entanto, os dados levantados no material noticioso não foram retomados e a capacidade carcerária foi raramente citada nos outros debates que sucederam à pesquisa. Identificou uma divisão brusca de ideais partidários dentro das reportagens. As chapas políticas que se destacaram contra a redução que foram apresentadas pelas reportagens analisadas foram: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB); as chapas destacadas por serem a favor foram: Democratas (DEM) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Dessa forma, as entrevistas debatidas em média ocorreram entre deputados de partidos com ideias opostas. Os textos ficaram calcados mais em depoimentos

dos representantes políticos que estavam a discutir a proposta do que em embasamentos documentais que justificassem as posturas de ambas as posições.

Em relação aos conteúdos sem a presença do repórter – isto é, quando os apresentadores do telejornal informavam à população sobre os debates, votações e outros temas específicos do trabalho – a tendência foi de textos curtos com apenas relatos do que havia ocorrido ou de dados factuais, não se apresentava as fontes da notícia.

c) Contextualização e reflexão

Os dez conteúdos analisados não se distanciam do factual. Eles foram voltados ao que havia ocorrido na Câmara no período de debate e às discussões ocorridas no dia, sem a descrição do que havia acontecido anteriormente. No entanto, deve-se observar que as reportagens, em geral, apresentaram o encaminhamento das propostas, para onde iriam se houvesse a aprovação ou a rejeição dos trabalhos.

A reportagem analisada que apresentou uma maior contextualização foi “Câmara rejeita redução da maioria penal e decide discutir nova proposta” veiculada em 2 de julho. A explicação para isso é porque no dia anterior (1º de julho) o plenário havia votado na redução com resultado contrário à proposta. Durante a madrugada, o até então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) articulou com grupos do PSDB e do Democratas para reformular a proposta e iniciar uma nova votação (conforme foi explicado pelo repórter na reportagem). Desta forma a contextualização apresentada para a notícia é em relação à manobra política e não à redução da maioria.

8.2.2 – Segunda fase de coleta

a) Linha narrativa dos acontecimentos

As reportagens analisadas tiveram um comportamento narrativo semelhante. Foi comum a apresentação de um cenário político e a descrição do comportamento no plenário nos dias da votação e dos debates factuais à exibição do conteúdo. É interessante observar um panorama geral dos conteúdos, no qual houve um formato quase que padrão para as coberturas na Câmara.

Na primeira reportagem, o conteúdo é apresentado com o foco em protestos contra a redução que ocorreram na Câmara durante o dia. Em seguida, apresentam-se dois deputados um com parecer favorável e outro com o parecer contrário à proposta. Há a explicação do que é necessário se desdobrar para que a PEC seja validada. Para mostrar como o tema é polêmico, o repórter apresenta dois depoimentos com posições distintas à redução: do ministro aposentado do STF Carlo Velloso (a favor) e do diretor Executivo da Rede Primeira Infância Claudius Ceccon (contra).

O mesmo caminho é percorrido na segunda reportagem veiculada no Jornal Nacional em 31 de março. O repórter inicia com a informação de que o assunto é polêmico e como ele mesmo descreve “o debate foi acalorado”. Após apresentar essa perspectiva ele explica o porquê da polêmica – influenciada pela divisão de partidos políticos dentro do das votações. Apresenta os depoimentos diferentes de deputados e encerra com o próximo desdobramento das discussões e votações.

Pela mesma linha narrativa seguem os materiais seguintes. Contudo, deve ser ressaltado que os conteúdos apresentados apenas pelos âncoras tiveram um tempo menor de apresentação e com um resumo do que foi aprovado, como é possível identificar no caso: “comissão aprova redução da idade penal nos casos de crimes graves”.

O material tem duração de 33 segundos e apresenta apenas a ideia da proposta (reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos) e que será necessário passar por duas aprovações na Câmara para que a PEC passe para ser discutida no Senado. Com a mesma síntese de informações, o conteúdo sobre o levantamento da população carcerária é apresentado. No caso, há a descrição da pesquisa do Ministério da Justiça e os dados que mostram que a quantidade de presos no Brasil cresce dez vezes mais do que a quantidade de brasileiros.

O desencadeamento tende a ser mais voltado para a formação de um relatório. São descritos os fatos como teriam ocorrido dentro do plenário sem a apresentação de um contexto social para esclarecimento do público telespectador. Na reportagem sobre o início da análise na Câmara, o repórter informa que o momento da votação foi marcado por um caos, já que manifestantes teriam movimentado o plenário. Contudo, ele não permite que os envolvidos possam

justificar o comportamento. A informação é dita e embasada com imagens, mas não há posições além de relatos. O máximo que ocorre é quando se refere às diferentes opiniões entre deputados, no qual cada “lado” tem direito a manifestar os ideais em duas, raramente, três frases.

Essa conduta de apresentar entraves políticos fica evidente ao mostrar o desdobramento das votações em 1º e 2 de julho. Na primeira data, a quantidade de votos não foi suficiente para alcançar o número mínimo necessário para aprovação da PEC, o que gerou polêmica quando no dia seguinte o, até então, presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aliado a grupos políticos reformulou alguns pontos da proposta e iniciou uma segunda votação em menos de 24 horas de ter sido rejeitada. A estratégia do deputado do PMDB foi chamada de “manobra” pelo telejornal, que focou na articulação dos partidos e não no que representaria a nova aprovação para a sociedade.

As outras reportagens também tiveram um desempenho parecido com as análises apresentadas. Consta uma característica maior de apresentação de relatos com textos descritivos do cenário da Câmara do que discursos que contextualizem e analisem o impacto social a partir das novas decisões.

b) Palavras-chaves

Entre as palavras-chaves definidas para a busca, as que mais se destacaram em todas as reportagens foram: maioria e pena/penal, com 40 aparições nos dez textos analisados. “Crime” também teve uma frequência alta aparecendo no texto 23 vezes. As demais foram menos usuais, “adolescente” foi identificado no discurso cinco vezes, sendo em duas para se referir ao Estatuto da Criança e do Adolescente e não a uma pessoa. Também foi só por causa do ECA que o termo “criança” surgiu nas dez reportagens sobre redução da maioria penal. “Violência” apareceu em quatro; “menor”, em duas e infrator, uma única vez. As palavras “apreensão”, “liberdade” e “reincidência” não constaram nos textos do Jornal Nacional.

c) Estratégias de dramaticidade, culpabilização e vitimização das personagens

Os textos analisados nesse segmento da reportagem foram mais voltados a ilustrar o cenário da Câmara dos Deputados durante a discussão do tema. Desta forma, focaram mais em debates dentro do plenário do que nas pessoas que seriam beneficiadas ou prejudicadas com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional. Sobre essa perspectiva, não foi identificado um padrão ou uma estratégia linguística e discursiva que propusesse uma carga maior de dramaticidade, de culpabilização e de vitimização das personagens. Inclusive, também não consta a presença de personagens no texto.

8.2.3 – Observação resultante

As reportagens apresentadas nesse segmento representam a maior quantidade de material coletado, com 10 conteúdos jornalísticos de um total de 22. Apesar de ser um conteúdo extenso em relação aos demais apresentados, há semelhanças no desenvolvimento discursivo. Os textos não têm tendência a ser críticos ou a analisar o contexto social de uma proposta que pretende alterar a Constituição. Em nenhuma das 10 reportagens veiculadas de 30 de março até 19 de agosto, apresenta esse foco como característica.

Os conteúdos dessa etapa ficam mais restritos a descrever e a relatar o andamento da Câmara, com a apresentação de deputados ou de juristas com ideias opostas, mas não apresenta a posição de especialistas ou a da sociedade – que poderiam ter sido mostradas com pesquisa de opinião ou com entrevistas com a população. Outra característica observada é que os textos estão voltados aos acontecimentos factuais. Se a votação é do dia, a notícia aparece.

8.3 – Morte de médico no Rio de Janeiro (RJ)

Os conteúdos apresentados neste segmento são referentes à morte de um médico na Lagoa Rodrigo de Freitas, um bairro nobre no Rio de Janeiro em maio de 2015. O caso teve como principais suspeitos dois adolescentes. De acordo com o *Jornal Nacional*, os debates sobre a redução da maioria penal foram reacendidos após o ocorrido. Nesse espaço serão apresentadas cinco reportagens sobre o tema.

Uma característica interessante do caso é em relação à proximidade da data com a votação na Câmara dos Deputados. Deve-se observar que o debate na

comissão foi em março. Após o dia 30, o Jornal Nacional não apresentou nenhum conteúdo referente à maioria penal ou a casos que envolveram adolescentes em conflito com a Lei até 20 de maio, com a morte do médico. Em seguida, é apresentado também o caso de estupro no Piauí (será apresentado mais à frente), e os debates no cenário político voltam em 17 de junho, menos de um mês após a morte.

As reportagens analisadas nesse segmento são: “morte de médico esfaqueado na Lagoa provoca debate entre autoridades” (veiculada em 20 de maio, com 3 minutos e 40 segundos); “polícia apreende adolescente suspeito de assassinar ciclista na Lagoa” (veiculada em 21 de maio, com 4 minutos e 44 segundos); “ciclistas fazem homenagem ao médico esfaqueado na Lagoa, no Rio” (com 39 segundos), “caso de morto a facadas no Rio tem reviravolta após 3º jovem se entregar” (veiculada em 2 de junho, com 1 minuto e 25 segundos) e “Justiça do Rio condena dois menores por envolvimento em morte de ciclista” (veiculada em 29 de junho, com 23 segundos).

8.3.1 – Primeira fase de coleta

a) Descrição breve do material

Os conteúdos jornalísticos apresentados nessa etapa da pesquisa são relacionados à morte de um médico no bairro para a classe alta carioca. São quatro reportagens, porém, com estilos diferentes, algumas mostram como o crime ocorreu, fala do delegado e de quem investiga o crime, a posição do governador do Rio de Janeiro sobre a segurança na cidade, do tribunal de justiça para falar de reincidência, depoimentos de familiares da vítima. Em outras, há apenas o relato das informações, com a apresentação das defesas gravadas semanas antes da exibição do material.

A primeira reportagem é referente à morte em si. É uma cobertura policial de um crime. O conteúdo jornalístico apresenta imagens que lembrem e associem a questão da violência, frequentadores do bairro que não se sentem mais seguros, descreve o que ocorreu, ressalta uma testemunha que afirma ter visto o que ocorreu, descreve a violência, quantidade de “ataques a facadas” no local, contextualiza com a família da vítima, apresenta o perfil da vítima, depoimento da

ex-esposa, depoimento do governador do estado sobre a segurança e do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para falar se há reincidência e se os crimes podem ser considerados uma falha da Justiça local – como acusou o chefe do Executivo carioca.

A segunda reportagem também segue a mesma linha. Desta vez o foco é sobre a apreensão de um dos envolvidos, quando há a confirmação de que é um adolescente. O material noticioso apresenta a idade do suspeito: 16 anos. Em seguida, o delegado narra a violência com a qual o crime foi cometido; há detalhes da apreensão e fatos que relacionem a vítima com a morte; o repórter informa a ficha criminal do jovem, outras 15 apreensões; o presidente do Tribunal de Justiça do Rio afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente deve apresentar mudanças. Por fim, mostra o enterro do médico e o lamento dos familiares e de amigos.

Ainda no segundo material dessa etapa, o repórter aparece ao vivo para explicar aos apresentadores do telejornal as medidas de segurança que os órgãos locais planejam para reforçar os trabalhos. Nessa situação, o comandante da Polícia Militar e o procurador-geral da Justiça no Rio apresentam depoimentos para reduzir a criminalidade.

O terceiro momento mostra a repercussão do crime e a comoção a morte. O foco da terceira reportagem é mostrar um protesto de ciclistas que pediram por mais segurança. Há um resumo do que ocorreu e a confirmação de que eram dois adolescentes envolvidos, e um deles foi apreendido mas nega a participação. Outros manifestantes se juntam aos ciclistas, só que para pedir por Justiça no caso da morte de dois jovens no morro do Dendê. O suspeito é um policial que já confessou o crime.

A quarta reportagem mostra o desenrolar da Justiça sobre o caso. Um novo suspeito se apresentou à delegacia e disse que o primeiro não estava envolvido. O conteúdo jornalístico deixa claro que as investigações já haviam sido encerradas pela Polícia, que culpava o primeiro rapaz. No entanto, não há fala dos delegados que estavam de férias quando foram procurados. O repórter destaca que desde a apreensão o primeiro suspeito negou o crime.

O último conteúdo é sobre a condenação dos jovens pelo crime. Três jovens se apresentaram à Justiça, que condenou dois a fazer medidas socioeducativas e inocentou outro. A notícia é dada pelo âncora que afirma não ter mais detalhes porque o processo corre em segredo de justiça.

b) Fontes de informação

Os conteúdos são parecidos na apuração. É possível identificar uma presença muito maior de fontes oficiais (como apresentadas no capítulo 2). Também observa-se que em nenhuma reportagem foi apresentado um especialista que pudesse falar de violência, da quantidade de roubos do que deveria ser feito para prevenir e para evitar que haja mais casos como esse. O mais próximo a um expert na informação foi o presidente do Tribunal de Justiça no Rio – na segunda reportagem – que falou sobre mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, não pode dizer que é uma fonte independente haja vista que o jovem é reincidente e cabe ao tribunal as medidas socioeducativas aplicadas. O presidente aparece em duas reportagens.

O governador, o comandante da Polícia Militar e o procurador-geral do Rio de Janeiro comentam sobre a segurança pública e medidas que pretendem tomar para evitar a violência. O delegado narra a violência com a qual o crime foi cometido. Uma testemunha e a família da vítima também têm espaço de fala, ambos estão no primeiro material produzido. No entanto, o advogado de um dos suspeitos – a única voz dos adolescentes nas cinco reportagens selecionadas – só aparece quando o primeiro é considerado inocente.

Além disso, a gravação da entrevista feito com o advogado de defesa é do dia 25 de maio, mas só foi veiculada em 2 de junho quando o caso “ganhou reviravolta”. Dados da quantidade de “ataques a facadas” na Lagoa no mês do ocorrido também foram levantados. Até a exibição do conteúdo (em 20 de maio de 2015), havia sido o quarto em um mês.

c) Contextualização e reflexão

Os conteúdos não apresentam múltiplas versões do mesmo fato. Ao contrário, os jovens são desde o início apresentados como os suspeitos da morte brutal de um médico que salvava as vidas das pessoas. Esse é o tom das reportagens.

As reportagens, contudo, lembram os fatos que antecederam à violência em questão, mostram que não é uma singularidade da Lagoa e tentam levantar informações que comprovem a tese de os dois jovens estarem envolvidos. A contextualização observada na análise pode ser considerada parcial com base nos critérios definidos nas estratégias metodológicas para essas etapas.

8.3.2 – Segunda fase de coleta

a) Linha narrativa dos acontecimentos

As reportagens apresentadas têm perfis diferentes. Os dois primeiros materiais tendem a uma maior descrição de sensações também com uma carga dramática maior. As outras três são mais voltadas relatar os desdobramentos do crime, como os protestos e as condenações referentes ao caso. Devido a essas diferenças em abordagem, a análise narrativa é mais focada nelas.

A primeira reportagem começa com imagem de mancha vermelha, de uma bicicleta e de sangue na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde ocorreu o assassinato. A repórter afirma que “a mancha vermelha junto a uma bicicleta simboliza a violência que se tornou rotina por aqui”. Esse é o primeiro trecho do texto da repórter que em seguida há uma entrevista com uma frequentadora – que utiliza o espaço como forma de lazer e para praticar exercícios físicos, da mesma forma que a vítima fazia – do local. A pedestre afirma que não há segurança na Lagoa, um ponto movimentado do Rio de Janeiro. A repórter indica a marca de sangue próximo à de tinta e aponta como o lugar onde o médico foi assassinado, detalha os acontecimentos e apresenta uma testemunha.

Um trecho logo chama a atenção da fala do *voyeur* desse crime, que descreve os suspeitos como menores de 18 anos. “Passaram aparentemente dois menores por mim numa bicicleta (...)”, conta a testemunha. No entanto ainda não havia prova da idade dos envolvidos, esse dado foi uma especulação. Apesar de a fala ser de uma testemunha e não da repórter, o trecho selecionado implica em uma reação direta na reportagem,

como foi apresentado no capítulo 6. Ao dar a entender que os “bandidos” seriam “menores” a reportagem contribui para uma dedução que não foi comprovada.

Depois do relato da testemunha, a jornalista descreve a brutalidade da agressão: “a facada de baixo para cima atingiu o estômago, o baço, o pâncreas e os pulmões”. Os detalhes como o horário da morte, como os parentes souberam do ocorrido e, até mesmo, o perfil da vítima são apresentados em seguida. A repórter também mostra dados de que o “ataque a facadas” ocorre em outras regiões do Rio de Janeiro. A ex-esposa do médico é entrevistada no final do vídeo. A entrevista da ex-cônjuge pode ser considerada sensacionalista se levar como base os critérios para o gênero apresentados no capítulo 6. Por fim, as imagens voltam para o estúdio do Jornal Nacional onde a âncora informa que outro caso de agressão a facas no Rio de Janeiro e apresenta os depoimentos do governador e do presidente do Tribunal de Justiça do Rio.

Na reportagem, o governador Luiz Fernando Pezão informa que houve reforço no patrulhamento e que os policiais têm feito o trabalho de prender. No entanto, ele alega que a culpa seria da Justiça que solta os envolvidos. Deve-se lembrar que até a exibição do material não havia provas concretas de que um dos suspeitos seria adolescente. O presidente do tribunal, inclusive, alega que não há relação entre a casualidade da morte com a ação da Justiça.

Na segunda reportagem, também, pode ser observada uma tendência a especular as ações. A primeira frase do repórter é: “o suspeito de esfaquear o médico é um adolescente de 16 anos”. É com essa informação que o repórter abre o texto. Deve-se lembrar que, como consta no capítulo 2, o repórter hierarquiza a notícia com o que há de mais importante e relevante para o público. Pelo texto do repórter, a informação prioritária não é que o suspeito foi apreendido ou identificado, mas que ele tem 16 anos.

Em seguida o delegado descreve o crime: “ele e o outro não deram qualquer oportunidade de defesa. Foi golpe por trás. E aí atacando. Quando o médico caiu, eles ainda continuaram a esfaquear. Pegaram a bicicleta e saíram”. A cena narrada pelo oficial ao telejornal é brutal e revoltante, ainda mostra uma covardia por parte dos envolvidos.

O repórter começa a construir um discurso investigativo, ele apresenta fatos como se quisesse montar um quebra-cabeças. Nessa sequência, uma testemunha reconheceu o garoto; ele já foi “preso”; os investigadores encontraram “uma, duas,

nove, uma caçamba cheia de bicicletas; a polícia também encontrou quatro facas e duas tesuras escondidas em corretor próximo à casa do rapaz; jovem confessa que rouba bicicletas, mas nega o crime; o fato de ele já ter sido levado à delegacia 15 vezes; o primeiro assalto do jovem foi aos 12 anos – pela Constituição Federal, era uma criança – na Lagoa Rodrigo de Freitas; fugiu do sistema socioeducativo e a Justiça já tinha um mandato de busca contra o jovem.

Nesse discurso apresentado, poderia prestar atenção para os seguintes fatos: o repórter usa o termo “preso” e não “apreendido” para se referir à ação policial; a contagem progressiva do número de bicicletas pode ser analisada como uma forma de dramatizar a cena, já se houver nove bicicletas, pela lógica matemática, existem duas e mais. A apresentação das armas estarem em frente à casa do jovem sem a confirmação de que os objetos pertenciam a ele.

A reportagem ainda apresenta o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro explicando que a solução seria rever o Estatuto da Criança e do Adolescente e o enterro do médico em cerimônia fechada. No fim, o repórter aparece ao vivo em frente ao Ministério Público, onde os promotores, comandantes da Polícia Militar e Civil do Rio de Janeiro estão para debater sobre questões de segurança pública.

As outras reportagens tiveram um desencadeamento lógico mais parecido e por isso as análises apresentadas são feitas de maneira geral. Esses conteúdos não tiveram tanta preocupação com fontes e entrevistas, abdicando do aparecimento de autoridades no texto. A informação da passeata pela morte do ciclista foi acompanhada e não há indicação de fonte, é apenas relatos que o jornalista apresenta; em seguida, a reportagem sobre a possível inocência do jovem envolvido tem apenas o depoimento do advogado. No entanto, a entrevista foi cedida oito dias antes da exibição. A última foi apenas sobre a condenação e por tramitar em sigilo não foram apresentadas mais informações.

b) Palavras-chave

Nas palavras definidas no método, a mais encontrada foi “adolescente”, que apareceu 16 vezes em cinco conteúdos. O registro do termo é mais perceptível no quinto (condenação) material que tem apenas quatro frases e “adolescente” é identificado três vezes. “Menor” foi apresentado dez vezes, com destaque para a quarta (reviravolta) em foram sete vezes. “Crime” e “apreender” foram registrados oito vezes nos discursos; “criança”, cinco vezes; violência, três e infração/infrator

apenas uma. Não constaram em nenhum dos textos os termos: reincidência, pena, maioridade e liberdade.

É interessante observar que em diversos momentos dos textos apresentou-se possibilidades de debates no ECA, mas não se falou em “maioridade penal” em nenhum momento. Também foi apresentado textos com discursos que afirmavam que o jovem volta a praticar crime, mas o termo “reincidência” não foi citado.

Outro ponto curioso é ao refletir sobre o terceiro texto (protesto) identificar que, ao falar do crime em relação ao médico, os adolescentes envolvidos são chamados de “menores” (“eles participaram de uma missa próximo ao lugar onde dois menores atacaram Jaime Gold para roubar a bicicleta dele”), mas na mesma reportagem outro protesto ocorreu em homenagem às duas vítimas de um policial. Essas duas vítimas são chamadas de “jovens”. Isso permite deduzir que há uma diferença no tratamento dado aos termos.

c) Estratégias de dramaticidade, culpabilização e vitimização das personagens

Como já mencionado anteriormente, foi um padrão dos textos dramatizar. A imagem da bicicleta na Lagoa que abriu a primeira reportagem com a afirmação de que esses crimes estão mais comuns, com uma cidadã que também frequenta o local pode inferir uma fragilidade no Rio de Janeiro para as pessoas de bem. Inclusive, essa é uma característica marcante do texto da primeira reportagem. Existe uma dicotomia que separa, em bom e mal, o médico (vítima, pai de família, trabalhador) do suspeito (que aparenta ser menor de idade).

No texto, principalmente, ao conversar com a ex-esposa, a vítima é um herói. Ela questiona: “o quanto vale uma vida? Quantas vidas ele já salvou? Quantas pessoas ele está deixando? Ele está deixando dois jovens. Uma menina de 21 anos e um rapaz de 22 anos, que perderam o pai tragicamente”. A repórter deixa claro que o crime foi brutal ao narrar os movimentos com a faca e os órgãos perfurados pelos assassinos. O texto inteiro é construído sobre uma ótica trágica, pela qual a inferência a ser feita é de que o Rio de Janeiro é um caos, as pessoas estão inseguras, a polícia não tem mais o que fazer porque não consegue agir com adolescentes.

O segundo texto também apresenta esse comportamento. No início, é informado ao público que ele tem 16 anos. Desta forma, as suspeitas de que ele aparentava ser jovem estavam corretas. Logo após essa informação, o delegado descreve a cena de

violência o que tende a culpar o envolvido. As investigações são praticamente reconstruídas em palavras para que o telespectador se sinta no local e se envolva na história. Ao final, após o cenário da apreensão ter sido apontado e a polícia ter conseguido capturar – como deve ser um roteiro de uma notícia sensacionalista de acordo com os valores do capítulo 6 – mostra o enterro com os filhos em abraços e aos prantos pela falta da figura paterna.

Os outros conteúdos apresentaram mais relatos, focados em mostrar o andamento das investigações, as condenações e a repercussão popular. Desta forma, a carga de dramatização não foi aprofundada como as duas reportagens anteriores.

8.3.3 – Observação resultante

As reportagens desse segmento apresentaram padrões de dramaticidade. É possível identificar tentativas de dramaticidade, com direito a suposições e especulações dentro do texto. Houve um desequilíbrio das informações, o Jornal Nacional só apresentou a defesa quando surgiu a possibilidade de que o jovem fosse inocente. Inclusive, o conteúdo jornalístico afirmou que o caso já estava encerrado pelas investigações da polícia. Observação em relação às datas também devem ser feitas já que a morte ocorreu em maio e os debates na Câmara dos Deputados em junho.

8.4 – Estupro coletivo em Castelo (PI)

Nesta categoria, os casos são relacionados ao estupro coletivo em Castelo no Piauí. O crime chocou a cidade nordestina e o Brasil. Quatro meninas foram amarradas, estupradas e jogadas de um penhasco. Uma jovem morreu. Os envolvidos no crime foram quatro adolescentes e um adulto. O caso ocorreu em 27 de maio de 2015, data próxima ao do médico na Lagoa Rodrigo de Freitas. No entanto, o desenrolar dos casos dado pelo Jornal Nacional foi diferente.

A pesquisa analisa quatro materiais jornalísticos sobre o caso: “quatro adolescentes são violentadas por cinco homens no norte do PI” (em 28 de maio), “Justiça do Piauí condena grupo de adolescentes por estupro coletivo de quatro meninas” (em 10 de julho), “adolescente acusado de participar de estupro no PI é assassinado por comparsas” (em 17 de julho) e “governo do Piauí afasta

coordenação das Unidades Socioeducativas do estado” (em 24 de julho). Todos os casos são do mesmo ano que o crime.

8.4.1 – Primeira fase de coleta

a) Descrição breve do material

As reportagens sobre o caso são mais voltadas ao desdobramento do que do fato ocorrido propriamente dito. O primeiro conteúdo jornalístico é o único sobre o acontecimento, ainda assim, ele é dado de maneira resumida, são apenas dois parágrafos dedicados à notícia.

O segundo é a condenação dos jovens. Eles têm de 15 a 17 anos e foram condenados por 8 atos infracionais, com a pena máxima possível para o sistema socioeducativo que é de três anos. O material informa que o adulto irá responder por estupro, homicídio e outros oito crimes. Até a exibição do conteúdo em 10 de julho, o processo tramitava na Justiça.

O terceiro conteúdo, um dos meninos envolvidos teria sido assassinado pelos outros três. Segundo a reportagem, ele foi quem confessou e incriminou o grupo e já havia sido jurado de morte pelos colegas. Após a condenação, os quatro dividiram a mesma cela, que foi onde o crime ocorreu na madrugada de 17 de julho. O último material coletado se refere à troca da gestão do sistema socioeducativo no qual os menores estavam inseridos. Após a morte de um do grupo, o governo piauiense afastou o diretor do centro de reabilitação.

b) Fontes de informação

As reportagens analisadas não apresentaram fontes bem definidas. No primeiro conteúdo, exibido ainda em maio, foi uma apresentação dos fatos dita pela âncora do telejornal. Não houve entrevistas nem informações como “segundo a Polícia do Piauí”. No segundo caso, as fontes foram melhor definidas apesar de ainda ter espaços sem a origem da informação. A reportagem teve depoimento do juiz que julgou e condenou os garotos e de uma das vítimas, que ficou 40 dias internada, sobre o que espera para o futuro.

A terceira reportagem é sobre a morte de um dos envolvidos no crime. Como o assassinato ocorreu dentro da unidade socioeducativa na qual o jovem era interno, a primeira fonte apresentada é o gerente do centro de reabilitação. Em seguida é um

promotor do Ministério Público que afirma apurar para saber se os direitos do rapaz foram violados. Esse caso é direcionado a esse entrave político do que ao caso do estupro.

A quarta reportagem apresenta o mesmo comportamento que a terceira. Nesse conteúdo, a direção que cuidava dos menores foi afastada devido à morte de um dos envolvidos. Desta forma, as fontes são: o diretor de unidades socioeducativas e o secretário de Assistência Social do estado. Também há uma fonte que não foi identificada que afirma haver buraco entre algumas paredes que possibilitariam a outros internos terem ouvido o assassinato dentro do centro. Essa fonte acredita que os jovens estariam com medo de confessar à polícia.

c) Contextualizações e reflexões

Um ponto em comum dos conteúdos é que não há contextualização com múltiplas versões, que apresente o desenrolar das histórias, explique causas, consequências ou outras interpretações. Algo que há em comum em todas as reportagens é relembrar ao público o que ocorreu, mas como uma síntese. Em três casos, é mencionada a participação de um adulto nos crimes. No entanto, não apresenta o desenrolar do processo dele, apenas que está em tramitação e em detenção provisória.

8.4.2 – Segunda fase de coleta

a) Linha narrativa dos acontecimentos

O primeiro conteúdo apresenta uma descrição do que ocorreu. O texto em questão é apresentado pela âncora do telejornal que começa por descrever que o clima na cidade é de “revolta”. Em seguida, a informação é que quatro adolescentes foram violentadas por cinco homens. Deve-se observar que os jovens foram nominados “homens” na reportagem, mesmo com idades a partir de 15 anos – considerados menores de idade e ainda adolescentes pela constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A barbaridade do crime continua sendo contada com a informação de que elas foram jogadas de um penhasco de 20 metros de altura. Após descrever o ocorrido, a jornalista conta que elas estão em um hospital na capital do Piauí e informa a situação clínica delas: duas em estado grave.

O interessante desse texto é que não começou pelos suspeitos e sim pela condição em que as vítimas se encontram. Só depois de contextualizar o estado de saúde delas que o jornal apresenta os suspeitos e que a polícia apreendeu quatro – outra observação é que nesse parágrafo textual, a captura dos jovens já é chamada de apreensão –, os menores de 18 anos. O adulto, considerado chefe do “bando”, é apontado como foragido.

O caso só volta ao jornal mais de um mês após o ocorrido com a condenação dos jovens, em 10 de julho. O texto começa ao contar a sentença deles de três anos – tempo máximo previsto pelo ECA. O adulto envolvido não tinha sido condenado até a exibição da reportagem e a informação a respeito dele é apenas de que o processo dele está em tramitação na Justiça com o envolvimento em 10 crimes. O juiz do caso afirma que uma conclusão deve ser apresentada em 10 dias, ele pode ser levado ao júri popular caso seja comprovada a autoria no caso. Não é apresentada a idade do homem nem uma ficha criminal com antecedentes. Após apresentar as informações do que sucedeu o caso, o repórter lembra o telespectador sobre o caso e informa que uma das vítimas aceitou dar entrevista. A jovem explica que espera fazer o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) para ser aprovada em um curso de medicina veterinária e agradece por estar bem.

A terceira reportagem envolve mais um crime no qual o grupo de adolescentes está inserido. Um dos jovens, de 17 anos, é assassinado pelos colegas que dividiam a mesma cela com ele após terem sido condenados pela Justiça. O caso, já na chamada do âncora do telejornal, é apresentado como um “desdobramento brutal”.

No texto, a repórter começa pelo enterro do adolescente que teria sido encontrado desmaiado em um dos alojamentos do centro de reabilitação. A explicação de o porquê ele estava desta forma é dita em seguida: “ele foi espancado”. Após o relato da violência, a jornalista informa que ele teria recebido o atendimento médico, mas não resistiu e que os companheiros de cela, outros meninos envolvidos no crime do estupro, teriam confessado o crime. A repórter apresenta o gerente da internação que confirma a confissão dos acusados.

Só após dar o relato do homicídio, a repórter explica o caso e que o jovem assassinado teria denunciado o restante na participação do estupro no final de maio de 2015. A gerente apresenta dados sobre a capacidade máxima do local e que o centro estava superlotado. Em seguida, o diretor da unidade explica que houve uma

conversa para que os quatro aceitassem dividir a cela de forma “pacífica”: “então, eles entenderam, aceitaram e ficaram os quatro juntos”. A jornalista aponta que a decisão do responsável pelo centro está sob contestação do Ministério Público. A repórter afirma que os três foram removidos da unidade e apresenta o novo destino dos adolescentes. Por fim, ela comenta que o adulto envolvido no caso está em uma detenção provisória. Não é informada a situação do processo do homem.

O texto é construído para relatar a morte do suspeito e do desdobramento político sobre o caso, com transferência, se houve imprudência ou negligência por parte dos responsáveis. Não é explorada a situação das outras unidades se há superlotação em todas do Piauí, nem, mais uma vez, é intensificada a participação do adulto no caso.

A última reportagem é, na realidade, um desdobramento da morte do menor dentro do centro do que do caso em si. A reportagem mostra que a coordenação foi afastada após o crime na unidade. Os novos gestores afirmam que vão trabalhar com novas políticas para que violência desse tipo não se repita no local. Os detalhes da morte do garoto são apresentados ao telespectador. A repórter informa que a Polícia investiga o caso e que, inclusive, ouviu testemunhas, mas cada um apresenta um relato diferente sobre a situação. Não se comenta sobre o estupro ou sobre o adulto envolvido. É como se o assunto não tivesse relevância diante do ocorrido.

Como apresentado nos capítulos anteriores (2 e 6), o texto jornalístico prioriza as informações mais relevantes. É observado que em todos os conteúdos analisados o fato de o adulto estar envolvido sempre foi apresentado por último ou nem mesmo citado.

b) Palavras-chave

O termo que mais apareceu na seleção das palavras definidas no método foi “adolescente”, que foi apresentado 16 vezes. Em seguida “menor” com 10 aparições; “crime” com sete; infrator/infrações, três; criança, duas (e em todas apenas para se referir ao Estatuto da Criança e do Adolescente). As expressões “reincidência”, “liberdade”, “pena”, “maioridade” e “violência” não apareceram nenhuma vez nos quatro conteúdos exibidos pelo Jornal Nacional.

Deve-se ressaltar que apesar de “violência” não ter sido registrada, a primeira vez que o estupro é comentado (na reportagem de 28 de maio) o termo usado para

referir a ato é “violentadas”. Desta forma, fica claro que houve violência, está diante do texto, mas é omitida a palavra.

Outra característica analisada é o uso de “adolescente” Os jovens (criminosos e vítimas) têm a mesma idade praticamente, mas, ao falar dos suspeitos, eles recebem a alcunha de “menores” enquanto a vítima sempre é adolescente. Isso também ocorre com o rapaz assassinado. Com a morte dele, ele deixa o patamar de “menor” no texto jornalístico para “adolescente”, como se fosse também vítima.

c) Estratégias de dramaticidade, culpabilização e vitimização das personagens

Um perfil analisado nos textos foi chamar a indignação da população com o crime. Na primeira reportagem, o discurso começa por narrar que o “clima é de revolta”, o que já prepara o telespectador para um tema, no mínimo, impactante. A partir disso, a violência com que os atos foram cometidos passa a ser narrada: elas foram amarradas, violentadas, jogadas de uma altura de 20 metros e estão no hospital; duas, em estado grave. Outra observação é que os agressores, no primeiro momento, são chamados de homens. A partir da descrição da brutalidade dos trabalhos é que são revelados menores de 18 anos. O homem líder do grupo é com menor representatividade dentro do discurso.

Da mesma forma, é possível identificar o desenrolar do discurso do segundo material jornalístico, quando o âncora apresenta a informação da seguinte maneira: “um crime que provocou revolta no Brasil inteiro voltou ao noticiário hoje”. A volta se deu após mais de um mês do caso ter ocorrido.

O interessante é identificar que o jornalista atribui valor e sentimento ao país. Isto faz com que o telespectador se sinta pertencente à sociedade e haja uma tendência a se indignar também. O padrão se repete na terceira reportagem, com o trecho reproduzido pelo âncora do telejornal: “o caso do estupro coletivo na cidade de Castelo do Piauí produziu mais um desdobramento brutal”. O adjetivo brutal é relacionado ao caso antes mesmo de que haja a informação do que ocorreu.

8.4.3 – Observação resultante

Os conteúdos desta categoria conduziram para o caráter factual das narrativas. O desenrolar das notícias era em relação ao crime, seguida pela condenação, a tragédia na unidade de internação e o desenrolar político sobre o

gerenciamento do centro de reabilitação. No entanto, os textos também desenvolveram uma carga de dramaticidade alta ao terem sido apresentados como brutais e bárbaros pelos âncoras antes mesmo de que a reportagem fosse exibida ao público.

Uma característica do discurso em todos os textos é uma deficiência de apuração sobre o que resultou o homem adulto envolvido. Ainda no primeiro material jornalístico, o âncora classifica o acusado como o líder do “bando”. Nas informações decorrentes, há investigação que admite a autoria do homem. Contudo, o texto fica restrito aos adolescentes e deixando ao final as informações sobre o adulto. Outro ponto que pode ser destacado é em relação às datas: o crime foi próximo ao caso do médico e a condenação é em 10 de julho, exatos oito dias após a votação na Câmara dos Deputados.

Considerações finais

A pesquisa analisou conteúdos do Jornal Nacional sobre adolescentes em conflito com a Lei. Foram observadas reportagens especiais, casos violentos com repercussão no Brasil e a tramitação na Câmara. A curiosidade inicial era identificar se existiria uma linha textual dentro do discurso midiático sobre o tema. Ao fazer a análise, uma característica foi identificada que não estava no objetivo inicial do trabalho. Houve uma coincidência em relações às datas. Um crime ocorreu muito próximo ao outro. Ambos no final de maio. As discussões na Câmara retomaram em junho. O tema foi apontado como polêmico pelo telejornal, e as reportagens tiveram um padrão de buscar debates.

Foi identificada uma parcialidade no discurso jornalístico. O “menor” é um termo quase sinônimo de “bandido” quando inserido na mídia. O direito a ter voz só quando há a possibilidade de ser inocente. Uma participação muito mais presente de fontes oficiais no discurso do que de especialistas ou reportagens que pudessem contextualizar o ambiente social. Os temas eram de acordo com o código de ética, mas a formatação da notícia, contudo, não respeitou valores determinados nos Direitos Humanos, como defender as parcelas mais vulneráveis.

Pela análise, foi possível concluir que não há um caráter reflexivo e questionador no telejornal. As reportagens jornalísticas não mostram e não informam quem são os meninos. Não é importante, pela hierarquia de informações dada pelo veículo, saber onde o menor mora, se tem casa, se tem uma base familiar, o nível educacional do jovem. No entanto, é fundamental ressaltar a quantidade de passagens pela delegacia, ressaltar a reincidência, a idade e o tempo que já esteve apreendido. Percebe-se que não se pergunta os sonhos daqueles jovens e é possível concluir que talvez não há vontade em querer saber.

Os repórteres ficam em textos com fontes restritas às declarações oficiais. Não se procura advogados e depoimentos dos suspeitos, e quando há espaço para que eles apresentem uma outra versão é porque as investigações podem ter passado novas reviravoltas ou eles também foram vítimas. Desta forma, o telejornal não cumpre com o papel de defesa das minorias ou de grupos que se encontram mais vulneráveis diante da sociedade.

Em casos em que adultos estão envolvidos em crimes com menores, a presença dos adolescentes é ressaltada e reforçada. No entanto, os jovens se

transformam em adultos no texto jornalístico, como observado na análise 8.4. Para o discurso televisivo analisado, é como se os debates da Câmara fossem apenas burocracia. Afinal, há reportagens em que a maioria penal já foi reduzida. E esta redução inclui também aqueles a partir dos 15 anos.

Para o Jornal Nacional, a palavra de um delegado tem mais espaço do que a de um suspeito, que em nenhuma reportagem se manifesta. Ao adolescente, recai o dedo indicativo das investigações da Polícia. A alcunha de infrator se transforma em nome para jovem, e menor passa a ser um equivalente a idade. Na amostragem observada, os veículos desconsideram os contextos que levaram esses jovens a condições de abandono, de suspeitas e de delitos e opta por reforçar esses personagens como marginais. O tema da cobertura jornalística das questões do menor de idade em conflito com a lei, por extenso e complexo que é, precisa ser exaustivamente estudado nos campos da comunicação e das ciências sociais a fim de que existam instrumentos permanentes para que práticas possam ser refletidas e revistas.

O jornalista deve, então, reforçar o cuidado com a apuração quando se fala de adolescentes. A edição deverá ser mais exigente e, no mínimo, pedir pelos advogados pelas fontes de defesa e o de acusação. A reportagem deverá apresentar as histórias e contextualizar com a trajetória dos adolescentes.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Cláudio.** *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*, São Paulo, 1988
- AMARAL, Luiz.** *A objetividade jornalística*, Porto Alegre, 1996
- AMARAL, Márcia.** *Jornalismo popular*, São Paulo, 2006
- ARBEX JÚNIOR, José.** *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*, São Paulo, 2001
- BARBEIRO, Heródoto.** *Manual do telejornalismo: os segredos da notícia na TV*, Rio de Janeiro, 2002
- BARDIN, Laurence.** *Análise de conteúdo*, Lisboa, 1977
- Carlsson, Ulla e org.** *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*, Brasília, 2002
- CHAROM, Yvan.** *A entrevista na televisão*, Lisboa, 1995
- CORREIA, Fernando.** *Jornalismo e sociedade*, Lisboa, 2000
- DAVIES, Nick.** *Vale-tudo da notícia: o escândalo de grampos, suborno e tráfico de influência que abalou um dos maiores conglomerados de mídia no mundo*, Rio de Janeiro, 2016
- FAIRCLOUGH, Norman.** *Discurso e mudança social*, Brasília, 2001
- JESPERS, Jean-Jacques.** *Jornalismo televisivo: princípios e métodos*, Coimbra, 1998
- KARAM, Francisco.** *A ética jornalística e o interesse público*, São Paulo, 2004
- KOVACH, Bill e ROSENTIEL, Tom.** *Elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*, São Paulo, 2004
- LAGE, Nilson.** *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Rio de Janeiro, 2012
- LIPPMANM, Walter.** *Public opinion*, New York, 1922
- MOLINA, Matías.** *Histórias dos jornais no Brasil: da era colonial à regência*, São Paulo, 2015
- PENA, Felipe.** *Teoria do jornalismo*, São Paulo, 2005
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa.** *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*, Rio de Janeiro, 2006
- TRAQUINA, Nelson.** *O estudo do jornalismo no século XX*, Rio Grande do Sul, 2002
- TRAQUINA, Nelson.** *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa, 1993

VARJÃO, Suzana. *Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no grampo da comunicação de massa*, Brasília, 2015

VIEIRA FILHO, Geraldinho. *O complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?*, São Paulo, 1991

Wolf, Mauro. *Teorias da comunicação*, Lisboa, 2002

ZAHAR, Jorge. *Jornal Nacional: a notícia faz história / Memória Globo*, Rio de Janeiro, 2004

10.1 Referências on-line

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: pirâmide invertida. Portugal, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2016.

EDITORIAIS GLOBO. *Carta de princípios editoriais do grupo Globo*. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> Acesso em 2 de maio de 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Código de ética dos jornalistas brasileiros. Vitória, ES. 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>. Acesso em 3 de abril de 2016.

MACIEL, Camila. *“Menor” mata “menino” – o discurso do Jornal Nacional sobre a Redução da Maioridade Penal a partir do Caso do Menino João Hélio*. Fortaleza, CE. 2013. Disponível em em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/15414572495867113377185139213712805120.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 3 de abril de 2016 às 23 horas.